

Faculdade Vale do Salgado
Curso de Psicologia

Anais da V Semana de Psicologia
Implicação da psicologia na conjuntura sociopolítica brasileira

Caderno de Resumos Expandidos

Welison Lima de Sousa
(Organizador)

Antoniél dos Santos Gomes Filho
(Revisão Técnica)

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA A CONSTRUÇÃO DA CLÍNICA PSICOLÓGICA

Lorena Lorayne de Queiroz Carvalho¹; Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho Cruz²

Resumo: O contexto histórico que sustenta as práticas da Clínica psicológica dos dias atuais sofre uma forte influência de inúmeros campos de atuação que almejavam compreender e responder as mais diversas questões existenciais do homem. Através da prática da Clínica psicológica, evidencia-se a relevância na compreensão do seu contexto histórico e de seus contribuintes, sendo este processo voltado para o aprofundamento a respeito da percepção deste homem, agora numa ótica holística, despertando conseqüentemente uma visão crítica a prática na clínica que atendem de modo fracionado às necessidades humanas. O estudo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, que não se utiliza de critérios sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, esta com base na literatura psicanalítica, na qual foram selecionadas leituras que fundamentam a estrutura do presente artigo, estas dispostas em livros e artigos científicos disponibilizados na base de dados Scielo. Compreende-se que a teoria psicanalítica dentro de suas construções e os manejos que ela proporcionou, destinam um percurso amplamente importante para o contexto clínico dos dias de hoje, principalmente no que diz respeito às práticas da Psicologia Clínica. Através da produção deste trabalho foi possível narrar algumas das principais contribuições da Psicanálise voltadas para a construção do âmbito Clínico, compreender, brevemente, as noções do modelo biomédico e realizar uma postura crítica a respeito desta prática. Tal conhecimento se faz imprescindível para todos os que estão inseridos nesta categoria, para que as teorias e práticas pensadas e aplicadas não sejam desvalorizadas, mas que haja uma contínua construção e desconstrução proporcionando melhorias para uma dada práxis clínica.

Palavras-chave: Psicanálise. Clínica. Subjetividade.

Introdução

O contexto histórico que sustenta as práticas da Clínica psicológica dos dias atuais sofre uma forte influência de inúmeros campos de atuação que almejavam compreender e responder as mais diversas questões existenciais do homem, as suas angústias, frustrações e o seu processo de adoecimento. Uma das áreas que engloba este âmbito de conhecimentos e práticas é a Psicanálise; que proporcionou reflexões acerca do modelo da Clínica no século XVIII. Nessa época a Clínica apresentava uma visão biomédica, que ainda perdura nos dias atuais.

Assim, considerando a importância da prática da Clínica psicológica, evidencia-se a relevância na compreensão do seu contexto histórico e de seus contribuintes, sendo este processo voltado para o aprofundamento a respeito da percepção deste homem, agora numa ótica holística, despertando conseqüentemente uma visão crítica a prática na clínica que atendem de modo fracionado às necessidades humanas. Considerando também a importância da ruptura das premissas que fomentam a concepção de que a Psicanálise não contribuiu para a noção coletiva do sujeito e que a própria teoria freudiana se vinculou totalmente a uma visão individualista.

O final do século XIX e início do século XX são marcados pelo surgimento da corrente psicanalítica, que tinha como objetivo propor para o campo da medicina novos manejos, e técnicas. Essa prática fomenta a importância do diagnóstico e a fundamentação das doenças psicossomáticas, estas caracterizadas por doenças da mente que manifestam sintomas físicos.

¹ Faculdade Vale do Salgado (FVS). E-mail: lorena_lorayne5@hotmail.com

² Faculdade Vale do Salgado (FVS). E-mail: vanessacarvalho@fvs.edu.br

As contribuições da psicanálise para a construção do contexto clínico, principalmente para a clínica psicoterapêutica, foram inúmeras, especialmente pela atuação não apenas fixada na prática médica do século XVIII, tal prática que tratava do homem de maneira superficial e fragmentada e não havia a prática de cuidado com doenças psicossomáticas, que a muito tempo passavam despercebidas (MOREIRA, ROMAGNOLI E NEVES, 2007). Anterior às práticas psicanalíticas o ideal para a análise do processo de adoecimento era baseado predominantemente no modelo biomédico, que tinha maior preocupação em descrever clinicamente as patologias. Segundo tal modelo, a saúde representa a liberdade do adoecimento, dor ou defeito, que torna a condição humana normal, saudável (BARROS, 2002).

Sigmund Freud, fundador da Psicanálise, exercita a prática da autonomia do paciente, que diferente da concepção onde o médico se deslocava ao paciente, agora a prática era reversa, o sujeito que procurava o consultório, assim como reverte a anterior prática médica onde o médico era detentor de todo o conhecimento, dando espaço para o sujeito se firmar como proprietário do seu processo de cura, deste modo Freud propõe grandes transformações colocando o paciente como centro, não apenas de sua história, mas também do seu processo terapêutico (AVILA, 1997).

Freud inicialmente busca compreender o sofrimento psíquico de pacientes que possuíam histeria, a partir de então descobre inúmeros conceitos e funções que estão interligadas com o funcionamento psíquico. Na época em que Freud começa a executar as suas práticas grande parte das doenças nervosas não recebiam ênfase médica, já que os aspectos psíquicos não eram considerados científicos, pois estes não possuíam valor mensurável e nem havia estudos que pudesse indicar a comprovação das mesmas (CARLONI, 2011).

A percepção do sujeito e das noções de subjetividade percorre a história da Psicanálise em sua essência. Por exemplo, consideremos o psiquismo que é formado pelo pré-consciente, consciente e inconsciente concretizam a própria subjetividade (TOREZAN, AGUIAR, 2011).

Portanto, a análise da clínica estrutural proposta por Freud se contrasta com as práticas médicas anteriores a psicanálise, que se fixavam num diagnóstico puramente semiológico e nosográfico, trazendo uma perspectiva diferente da compreensão e análise do indivíduo. Desse modo, propõe que a estrutura do sujeito seja estipulada a partir da economia de seu desejo. Desta maneira, Freud postula sobre o que vem a ser as estruturas da personalidade (Id, Ego e Superego) e posteriormente a Freud as estruturas clínicas formadoras da constituição do indivíduo (Neuroses, Psicoses e Perversão) (TOREZAN, AGUIAR, 2011).

Deste modo, o modelo das atuais práticas clínicas, utilizado para que haja a fundamental compreensão da subjetividade e das práticas clínicas na atualidade é indicado por Freud e as suas teorias respectivas as neuroses e psiconeuroses atuais, estas possivelmente poderão desencadear afetos sob o corpo de forma direta (TOREZAN, AGUIAR, 2011).

Objetivo

A realização deste estudo busca compreender como a Psicanálise, através da amplificação de uma prática médica através do emprego de novos métodos, técnicas e procedimentos colaborou para a construção e concretização da Clínica Psicológica dos dias atuais.

Metodologia

O estudo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, que não se utiliza de critérios sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, esta com base na literatura psicanalítica, na qual foram selecionadas leituras que fundamentam a estrutura do presente artigo, estas dispostas em livros e artigos científicos disponibilizados na base de dados Scielo.

Resultados e Discussão

Compreende-se que a teoria psicanalítica permite o entendimento do homem ainda nos dias de hoje. E, embora a psicanálise tenha sido desenvolvida na primeira metade do século XX e constantemente aprimorada, as construções e os manejos que ela proporcionou, destinam um percurso amplamente importante para o contexto clínico dos dias de hoje, principalmente no que diz respeito às práticas da Psicologia Clínica.

O rompimento do modelo biomédico centrado nas questões fisiológicas do adoecimento trouxeram fortes reflexões e ainda permeia até os dias atuais como um atributo importante a respeito das práticas de qualquer profissional voltado para a prestação de cuidados ao homem.

Conclusões

Através do estudo realizado foi possível narrar algumas das principais contribuições da Psicanálise voltadas para a construção do âmbito Clínico. A partir de tais incursões também foi possível compreender, brevemente, as noções do modelo biomédico e realizar uma postura crítica a respeito desta prática que não fora integralmente abandonada nos dias atuais. Sendo assim, salienta-se a importância da compreensão acerca do contexto histórico para a construção da Psicologia Clínica. Tal conhecimento se faz imprescindível para todos os que estão inseridos nesta categoria, para que as teorias e práticas pensadas e aplicadas não sejam desvalorizadas ou abandonadas, todavia que haja uma contínua construção e desconstrução proporcionando melhorias para uma dada práxis clínica.

Referências

- AVILA, Lazslo Antonio. "A alma, o corpo e a psicanálise". **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, 1997.
- BARROS Jac. **Pensando o processo saúde doença: A que responde o modelo biomédico?** Saúde e Sociedade, 2002.
- CARLONI, P. **A história e a constituição da Psicanálise: introdução aos principais conceitos freudianos para entender a subjetividade humana.** Araguaia, 2013.
- MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira. **O surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde.** Psicologia: Ciência e Profissão, 2007.
- TOREZAN, Zeila C. Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, 2011.

A DESPERSONALIZAÇÃO DO SUJEITO APENADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Julienne Aparecida Alves Felix¹; Ana Késia Barbosa Moura²; Ana Teresa Camilo Duarte³;
Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho Cruz⁴

Introdução

O governo brasileiro enfrenta um enorme desafio na administração do sistema penitenciário, por este ser um sistema velho, falho e obsoleto (COSTA, 1998). A população carcerária brasileira vive em condições subumanas de encarceramento, o que contribui para a estigmatização e despersonalização do indivíduo, este local que deveria ser de ressocialização atua na prática como reprodutor da criminalidade (PINTO, et al., 2006).

As práticas de punição realizadas pelo sistema penitenciário são ultrapassadas, datadas do século passado, residem na idéia de que os presidiários devem sofrer punições porque infringiram a lei. O confinamento dessas pessoas é a maneira utilizada pela sociedade para esconder suas fragilidades, a sua ineficiência em dar apoio para que estas pessoas recuperem sua dignidade e voltem ao convívio social (FERNANDES E HIRDES, 2006).

Os autores citados relatam também que a desestruturação do sistema penitenciário, forças de segurança precárias, a superlotação e seus efeitos devastadores são alguns dos aspectos da situação carcerária que são alvos de duras críticas, pois trazem a tona questões acerca da ineficácia do funcionamento do sistema. O ambiente prisional provoca alterações psicológicas no detento, muitas destas irreversíveis, no caso de penas longas, podem ser ocasionadas reações que diferenciam psicologicamente o condenado do homem livre.

Ao ingressar no cárcere o detento perde o total contato com o mundo exterior, tendo em vista que o objetivo do aprisionamento é realizar essa exclusão, com o intuito de que o apenado introjete as regras institucionais. O sujeito passa a ser uma peça do sistema, perde a sua individualidade, é “desprogramado”, no que tange a perda da sua identidade, passando a ser visto e identificado de acordo com o crime por ele cometido, em um processo que se inicia desde a sua admissão no presídio, onde é feita a sua identificação, retirada a sua aparência usual e enumerado, ocorrendo assim o processo de despersonalização (NERY, 2005).

Ao adentrar no espaço prisional se iniciam os processos de admissão, os testes de obediência, considerados formas de iniciação, percebidos como práticas de “boas vindas” realizadas para demonstrar ao novato a sua posição de inferioridade, de submissão. As regras, proibições, exigências relativas à conduta dos apenados são repassadas durante essa iniciação. Essa imposição do poder, na qual os apenados devem se reconhecer como inferiores tem por objetivos formar corpos dóceis e produtivos. (ONOFRE, 2016).

O presente estudo se justifica pela necessidade de que sejam realizadas intervenções na realidade prisional. Na qual muitos apenados vivenciam de modo degradante situações que interferem na sua subjetividade, chegando a sofrer ameaça ou perda da garantia dos seus direitos. É necessário

¹ Faculdade Vale do Salgado (FVS).

² Faculdade Vale do Salgado (FVS).

³ Faculdade Vale do Salgado (FVS).

⁴ Faculdade Vale do Salgado (FVS). Orientadora. Email: vanessacarvalho@fvs.edu.br.

que haja uma maior preocupação e que sejam pensadas mais práticas para a melhoria desses ambientes e das relações que ocorrem nesse contexto, visando a torná-lo um ambiente propício à reinserção social.

A importância deste estudo reside no fato de que o relato poderá, a partir da vivência dos docentes e discentes dos cursos de Psicologia e Serviço Social da Faculdade Vale do Salgado fomentar mudanças na visão da população em geral acerca das pessoas que vivem em situação prisional e despertar o interesse dos órgãos públicos frente a implantação de políticas públicas para as necessidades e demandas desta área.

Por isso nosso intuito nesse projeto de extensão foi a preocupação com a dignidade do ser humano, facilitando atividades com o objetivo de humanizar as relações prisionais, mostrando a todo o momento que os detentos são pessoas úteis a si mesmo, a sua família e para a sociedade.

Metodologia

Este trabalho trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa na modalidade de relato de experiência, construído a partir da vivência em um presídio de pequeno porte localizado no município de Icó-CE, distante 375 quilômetros de Fortaleza.

As atividades descritas foram executadas durante o ano de 2016 através do projeto de extensão “Muda: Pela Humanização nas Relações Prisionais”. Foram desenvolvidas no pavilhão 02 do presídio. Participaram do projeto aproximadamente 25 detentos, juntamente com dois docentes e seis discentes do curso de Psicologia e uma docente e três discentes do curso de Serviço Social, todos da Faculdade Vale do Salgado.

Os encontros ocorreram às quintas-feiras a cada quinze dias. As dinâmicas realizadas buscaram realizar o resgate da historicidade dos detentos: a infância, brincadeiras, amizades, costumes, etc. Tendo o cuidado educacional de se realizar auto críticas quanto as atividade e analisar as possíveis causas que pudessem estar limitando a participação dos apenados nas atividades, para a partir disto propor mudanças.

Este estudo baseia-se na literatura acerca da despersonalização do sujeito ocorrida no setor prisional, em como as posições de poder são impostas a fim de punir o sujeito apenado.

Resultados e discussões

O projeto foi pensado a partir da necessidade de destinar atenção para os apenados, devido a falta de apoio, as condições precárias em que o ambiente se encontra e principalmente a falta de humanização nas relações prisionais. Condições estas que foram comprovadas durante às visitas na instituição.

Dentro da cadeia foi percebido que os apenados têm receio de nos olhar nos olhos e um sentimento de inferioridade e menos valia de si. A postura deles diz muito sobre essas atitudes do “não olhar”, ou mesmo de só olhar quando direcionamos a palavra a eles. Mas tudo é questão de confiança, aos poucos os apenados vão nos dando abertura e criando vínculos, havendo assim uma troca de experiências. A fala vem de forma fácil e a atividade proposta acontece como que naturalmente, desse modo, mas barreiras vão sendo quebradas e o mundo extraprisional passa a fazer-se presente no cárcere através das ações realizadas.

Foi possível perceber como ocorre as relações no interior da cadeia, com a ajuda da comunidade local, através do Conselho da Comunidade, que contribui de forma positiva na

ressocialização dos apenados, mostrando que eles são seres humanos com potenciais e que podem usar esse potencial a favor de si mesmos.

Com o intuito de devolver a essas pessoas, a confiança nelas, mostramos que para além do cárcere eles têm uma história, e que caso se deseje a mudar é possível. Tem-se um encarceramento em massa, cárcere que não recupera, não trabalha em prol da ressocialização, por isso queremos, através de intervenções possibilitar a mudança desta realidade, já que não podemos diminuir a quantidade de detentos, podemos intervir levando até eles atividades que os possibilitem pensar na perspectiva de sair daquele local carregando a bagagem da humanização. Podemos levar o trabalho como modo de amenizar o ócio e em consequência uma “brecha” se abre para a possibilidade de reinserção na sociedade. O projeto mostrou-se enriquecedor para a formação acadêmica, pois possibilitou a visualização das deficiências no serviço prisional, ou seja, nos deparamos diretamente com a realidade, essa experiência acaba colaborando principalmente para nós, enquanto futuros profissionais, que nos impactamos com a realidade “nua e crua” do ambiente prisional.

É importante ressaltar que todos os temas abordados e atividades realizadas, são acordados com os apenados, e eles também nos trazem um pouco sobre o que querem trabalhar. A participação nesse projeto de extensão propiciou aos graduandos um olhar diferenciado e mais humanizado para o sistema penitenciário.

Conclusões

Devido ao crescimento quantitativo da criminalidade e violências faz aumentar na sociedade o desejo de punir com maior severidade os indivíduos que cometem tais atos, sendo esses julgados como merecedores do poder de pena que corresponde à violação de uma lei. O neoconstitucionalismo chega para mostrar uma nova forma de ver o Estado, buscando o direito do cidadão, podendo citar entre elas ao nosso ver, a melhor, a dignidade do ser humano, que pode ser usada como peça fundamental para a questão da humanização no sistema penitenciário. Ressaltamos também a importância de todos os envolvidos: poder judiciário, ministério público, prefeitura e comunidade (CARRARA, 2016).

O projeto MUDA foi desenvolvido por docentes e discentes dos cursos de Psicologia e de Serviço Social, na Cadeia de Icó em parceria com o Conselho da Comunidade. Teve por objetivo trabalhar a humanização nas relações prisionais através da ludicidade e trazer possibilidades para pensar uma ressocialização de si, como uma forma de recomeço.

Referências

- CARRARA, Patrícia Baganu. A criminologia aplicada ao direito penal e à ressocialização do indivíduo. 2016.
- COSTA, Alexandre Marino et al. O trabalho prisional e a reintegração social do detento. 1998.
- FERNANDES, Rafaela; HIRDES, Alice. A percepção dos apenados a respeito do cárcere e da privação da liberdade. Rev. enferm. UERJ, p. 418-424, 2006.
- NERY, Bruna Barreto. O cárcere e seus problemas. 2008.
- ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado. ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar entre as grades. São Carlos: Edufscar, p. 11-28, 2007.

PINTO, Guaraci; HIRDES, Alice. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE
DETENTOS: PERSPECTIVAS DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO SOCIALa. Escola Anna
Nery Revista de Enfermagem, v. 10, n. 4, p. 678-683, 2006.

A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁXIS CLÍNICA

Érika Campos de Oliveira¹; Brennda Martinelli Pinho Silva²; Tiago Deividly Bento Serafim³

Introdução

A Psicologia Sócio-histórica é um referencial teórico e metodológico em Psicologia fundamentada nas contribuições da Psicologia Histórico-cultural desenvolvida por Vygotsky e outros autores soviéticos como Luria e Leontiev, no materialismo histórico dialético e na Psicologia Social Crítica. Trata-se, portanto, de uma perspectiva crítica em Psicologia que visa contribuir com a superação, principalmente, da dicotomia indivíduo e sociedade na compreensão do fenômeno psicológico.

Considerando essas questões, o presente trabalho objetiva refletir sobre a atuação clínica do psicólogo de abordagem sócio-histórica. Para tanto, serão discutidos os aspectos gerais de concepção de homem e visão de mundo para esse referencial, bem como a noção de patologia. Sequencialmente serão apresentadas as principais contribuições teóricas para a clínica psicológica.

Justifica-se a relevância desse trabalho entendendo a perspectiva crítica sobre a qual caminha a Psicologia Sócio-histórica no entendimento de fenômenos sociais e individuais, possibilitando o fomento de discussões que superem visões dicotômicas dos processos de subjetivação. Para a ciência psicológica ressalta-se as contribuições desse trabalho considerando a práxis clínica da Psicologia Sócio-histórica enquanto um campo que ainda carece de produções científicas, sem a pretensão que este assuma um caráter exaustivo.

Sirgado (1990) alerta para o fato de que percorrer o caminho de discussão sobre as contribuições do referencial teórico e metodológico da Sócio-histórica para a psicologia é andar sobre um caminho temeroso e excitante. Trata-se, pois, de uma corrente de pensamento complexa e pouco difundida e que, se não se pretende ser uma resposta fechada e estática frente às problemáticas postas pela Psicologia, certamente se constitui enquanto uma via de superação de impasses epistemológicos que se apresentaram a esta ciência.

A proposta de superação do positivismo e do idealismo, presentes na psicologia, no qual esse primeiro conduziria a uma análise objetivista dos fenômenos naturalizando-os e o segundo conferiria um caráter abstrato ao fenômeno psicológico, apresenta-se na concepção de homem fundamentada no materialismo histórico dialético. Materialista porque concebe a existência da realidade enquanto independente da ideia, do pensamento, da razão. Dialética porque entende que a contradição e a superação são os fundamentos do movimento constante de mudança da realidade. Histórica porque defende que a objetividade e a subjetividade são construídas por sujeitos concretos, os quais são atravessados e constituídos historicamente e socialmente (BOCK, 2007a).

Nesse sentido, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre o que se entende como fenômeno psicológico para esta corrente. Aguiar (2007) esclarece que o psicológico é constituído através da imersão do homem em um universo sociocultural, no qual, através das relações estabelecidas e as experiências vivenciadas, ele irá desenvolver seu mundo psicológico, ou seja,

¹ Centro Universitário Leão Sampaio.

² Centro Universitário Leão Sampaio.

³ Faculdade Vale do Salgado. Orientador. Email: tiagodeividly@fvs.edu.br

refere-se à "atividade do homem de registrar a experiência e a relação que mantém com o ambiente sociocultural" (p. 96).

Ao passo que o homem é passivo a objetividade, atua também construindo e transformando esta. É afetado pela realidade a sua volta ao mesmo tempo em que trabalha interferindo no mundo. Para Aguiar (2007), o fenômeno psicológico se constrói continuamente a partir das relações do ser humano com o mundo, este sendo objetivo, coletivo, social, histórico e cultural.

Por conseguinte, Almeida e Schühli (2010) apontam que as contribuições de autores clássicos dessa abordagem e os novos trabalhos produzidos sob essa perspectiva possibilitam a "compreensão da determinação social do processo de sofrimento mental" (p. 2). Com base nestes apontamentos, pensar a psicopatologia dentro de um campo clínico em Psicologia Sócio-histórica é compreender que não há como separar os processos de adoecimento mental e de subjetivação em um sistema controlador, que corrobora agressivamente para uma lógica de produtividade. Dessa forma, apresenta-se como um modelo que exige dos sujeitos uma funcionalidade dita saudável socialmente, "além da valorização ou desvalorização de certos modos de pensar, sentir e agir nos processos sociais" (ALMEIRA; SCHÜHLI, 2010, p.3).

Dessa forma, entendendo a clínica psicológica enquanto um campo de atuação é possível elencar contribuições da Psicologia Histórico-cultural desenvolvida por Vygotsky, que serve como base para o que se entende pela Psicologia Sócio-histórica brasileira, no âmbito clínico. Assim, segundo Barbosa (2011), uma atuação que considera os constructos individuais e sociais enquanto indissociáveis, uma intervenção que metodologicamente se utilize de formas que se expressam para além da fala e que se atenta para a historicidade da realidade objetiva e da constituição humana, além de buscar constantemente a "ampliação da consciência", são heranças da abordagem vygotskyana.

Metodologia

O presente trabalho parte de uma análise qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica. Para o seu desenvolvimento, foram selecionados artigos científicos nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) a partir dos descritores "psicologia", "sócio-histórica", "práxis clínica" e "histórico-cultural". Os critérios de inclusão possibilitaram incluir os trabalhos produzidos que versavam sobre a atuação do profissional psicólogo no contexto clínico sob o referencial teórico e metodológico da Psicologia Sócio-histórica.

Resultados e discussão

Barbosa (2011) aponta que a Psicologia Clínica histórico-cultural desenvolverá intervenções que compreendam a constituição humana enquanto um ser biopsicossocial, cultural e que é historicamente determinado. Por essa via, tomando as suas bases no marxismo e nos outros autores soviéticos, a relação psicólogo/cliente, visando a ampliação de consciência citada anteriormente, buscará fomentar a conscientização sobre o modo de produção capitalista, a sociedade de classes e os impactos ferozes dessas formulações na subjetividade humana, ancorando-se nas concepções de alienação e expropriação capitalista.

Tomar como referencial teórico a perspectiva histórico-cultural implica, necessariamente, partir da atribuição ao sujeito da capacidade de subjetivação enquanto produtora de sentidos e significados singulares em diversas instâncias das relações sociais estabelecidas. Tal capacidade,

segundo González Rey (2007, p. 195), pode "ter um caráter transformador sobre a configuração de seus processos patológicos atuais".

Daí a ênfase no processo dialógico da relação terapêutica, entendendo que processos de transformação emergem do movimento de constituição do diálogo e nas suas impressões no sujeito, considerando a linguagem enquanto central nesse processo de produção de sentidos e de significados na transformação da realidade objetiva em subjetividade. Essa perspectiva "vê o diálogo como co-substancial aos processos de configuração subjetiva do sujeito, embora simultaneamente reconheça o caráter constitutivo das patologias na história do sujeito e de seus sistemas de relação" (GONZÁLEZ REY, 2007, pp. 195-196).

Concomitantemente, Marangoni (2006) ratifica que a psicoterapia Sócio-histórica imbrica em sua análise a perspectiva contextual do sujeito de modo construtivo e constitutivo. Por conseguinte, o método dialético de compreensão confere à compreensão da subjetividade a inviabilidade de um entendimento das dificuldades e potencialidades enquanto intrínsecas e/ou causas isoladas em si mesmas.

Assim, o que se denomina de processo terapêutico consiste em atuar sobre as dimensões individuais e sociais da subjetividade. Considerando a psicopatologia enquanto uma incapacidade do sujeito de dar sentido a um fenômeno social, a ação terapêutica busca produzir novos tecidos de subjetivação das interações sociais vivenciadas por este sujeito, promovendo e facilitando, dessa forma, novas possibilidades de atividade e subjetivação. Nesse sentido, González Rey (2007, p. 202) defende que "a terapia representa um cenário dialógico no qual se produzem processos novos de significação e sentido que geram novos espaços de subjetivação nos sujeitos implicados nela".

Por fim, Bock (2007b) afirma que os psicólogos que desenvolvem trabalhos na vertente psicoterápica da Psicologia Sócio-histórica seguem pela via de intervenções que tenham como finalidade a formação de novos sentidos, ou seja, intervêm no processo de constituição dos registros que o sujeito capta do contexto social, o qual pode ser fonte de sua fragilidade ou patologia. Ancorado nessa premissa, a atividade do profissional no âmbito da psicoterapia volta-se para romper os processos de fragilização junto com o sujeito, considerando a saúde psicológica enquanto a possibilidade de lidar com questões conflituosas cotidianas, garantindo a dinamicidade do afetar-se e interferir na realidade como o modo dialético de constituição da subjetividade.

Conclusão

Desse modo, ressalta-se que os estudos a partir de uma perspectiva em psicoterapia dentro de um contexto da abordagem Sócio-histórica revelam-se imensamente essencial dentro do ambiente clínico. Suas fundamentações se denotam como significativas para compreensão do homem a partir de um processo dialético, construído por sentidos e conteúdos históricos e culturais fomentadores de personalidade. Nesse ínterim, ainda é perceptível que se faz necessário uma maior contemplação teórica e prática que abranjam o campo da Psicologia Sócio-histórica a fim de aprofundar o desenvolvimento de possibilidades de intervenção.

Referências

AGUIAR, W. M. J. Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, D. R. **A contribuição da abordagem histórico-cultural para atuação no contexto da Psicologia Clínica.** 2011. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/8413953/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

BOCK, A. M. B. A. Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: _____. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. A prática profissional em psicologia sócio-histórica. In: _____. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

GONZÁLEZ REY, F. L. O enfoque Histórico-cultural e seu sentido para a Psicologia Clínica: uma reflexão. In: _____. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARANGONI, S. **Ludoterapia como um vygotskyano faz.** 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/162484795/Ludoterapia-Como-Um-Vygotskiano-Faz>>. Acesso em: 02 set. 2017.

SIRGADO, A. P. A corrente Sócio-histórica de Psicologia: fundamentos epistemológicos e perspectivas educacionais. **Em Aberto**, Brasília, ano 9, n. 48, pp. 61-67, 1990.

PSICOLOGIA AMBIENTAL: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Igor Pereira de Oliveira¹; Kaenia Darlesse Peixoto Pessoa¹; Tawannya Matilde Bezerra de Menezes¹; Elcides Hellen Ferreira Landim Barreto²

Introdução

Este trabalho tem por objetivo conhecer o que é a psicologia ambiental, identificando seu objeto de estudo, a metodologia utilizada, bem como, compreender a atuação dos profissionais que atuam nesse campo em diversos países.

O estudo acerca da psicologia ambiental se faz de grande relevância no contexto mundial atual, no qual a urbanização em crescente expansão, assim, como o consumo exagerado e a exploração desenfreada dos recursos naturais, põe em risco a garantia de sobrevivência das gerações futuras. Assim sendo, é de extrema urgência pensar e discutir maneiras de o homem se inter-relacionar com os ambientes na atualidade, sem que isso comprometa as gerações vindouras.

Metodologia

Esse artigo é uma revisão de literatura, no qual se realizou uma pesquisa no banco de dados do Google Acadêmico, periódico e artigos científicos. A palavra chave utilizada na busca foi “psicologia ambiental”. Os critérios de inclusão foram artigos e periódicos que trazem conceitos e definição acerca do campo da psicologia ambiental, sendo excluindo artigos que falavam da psicologia ambiental em outros contextos.

Resultados e Discussão

A Psicologia Ambiental estuda o ser humano e suas inter-relações com o meio ambiente, ou seja, a forma de se relacionar de modo físico e social no meio em que se vive. Cada sujeito percebe, avalia e age de acordo com sua cultura e representações sociais, além de estar localizado em certo lugar há sempre uma troca entre pessoa e ambiente, onde tanto o indivíduo afeta o ambiente como é afetado por ele (MOSER, 1998).

Assim sendo, o principal objeto de estudo do campo de em questão é a ligação sujeito-ambiente em sua totalidade no contexto natural. Nesse fazer, busca-se entender a relação de forma holística, construir diferentes pontos de vistas teóricos em seu estudo, evidenciar a importância social da relação humano ambiental, determinar a relação entre outras áreas interessadas no estudo humano ambiental, impor ideias adquiridas para garantir qualidade ambiental e condições de sobrevivência dos seres em seus ambientes (WIESENFELD, 2005).

A Psicologia Ambiental dedica-se ainda a diversas temáticas específicas como: espaço físico, dimensão temporal e pró-ambiente. Onde facilita a compreensão de que a a psicologia ambiental é

¹ Discentes do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado/FVS.

² Psicóloga; mestre em psicologia pela Universidade Federal do Ceará/UFC; professora da Faculdade Vale do Salgado/FVS. Email: hellenbarreto@fvs.edu.br

muito mais que “enxergar o ambiente” como as outras áreas da psicologia. É perceptível a mudança do comportamento em diferentes lugares que estamos, e a forma de como agimos em diversos espaços é mudável. Como analisar e observar o que se vê pode influenciar na maneira de como lidamos com isso e principalmente na mudança de ambiente, deixa claro a importância de falar do espaço físico e que tem se sido esquecido pelas áreas diversas da psicologia (MOSER, 1998).

A dimensão temporal é o segundo conceito dos mais importantes para a psicologia ambiental, que consegue referir-se ao tempo como projeção no futuro e referência ao passado, mais precisamente a história. É através da sua história de vida que o sujeito é capaz de construir sua própria identidade, essa noção de tempo ainda se faz importante para um tema específico da psicologia ambiental que é a questão da utilização de comportamentos pró-ambiente, isto é, respeitar o meio ambiente em que se vive, na falta disso poderá ocasionar várias consequências para a sociedade. Nesse momento o tempo se faz importante, pois, o sujeito pode exercer práticas individualistas não pensando nos grupos externos (MOSER, 1998).

Entende-se que a relação com o tempo é relevante para a psicologia ambiental, pois, compreendemos que o comportamento do indivíduo é possível modificar, por exemplo, fazendo com que o mesmo adote comportamentos pró-ambientais e esse é um importante trabalho analisado pela Psicologia Ambiental (MOSER, 1998).

A Psicologia Ambiental não é caracterizada por nenhum método particular de pesquisa, se diferenciado de outros campos e subcampos de estudo (GÜNTHER, 2005). Como a Psicologia Ambiental é um campo interdisciplinar, desde suas origens, especialistas de diferentes disciplinas tentaram combinar objetivos teóricos e práticos, tornando assim aos métodos em Psicologia Ambiental diversos. A maioria dos métodos empregados são os mesmos usados pela Psicologia Geral, como: o método experimental, experimentos de campo e estudos correlacionais (MOYANO DÍAZ, 2005).

Basicamente, o método de pesquisa da psicologia ambiental é subdividida em quantitativo e qualitativo, obtendo assim avanços significativos. Utiliza-se de métodos de campo quase experimentais, aproximando-se de um controle experimental, fazendo com que a psicologia ambiental tenha uma validade ecológica. E também métodos de investigação e análise, utilizando-se do método de observação (como análise de traços de comportamento e o mapeamento comportamental), mapas cognitivos ou mentais, obtenção e análise de imagens, entrevistas (livre ou semiestruturada), entre outros (MOYANO DÍAZ, 2005; ELALI AZAMBUJA, 1997).

Os estudos em psicologia ambiental são bastante amplos, onde se pode perceber que ela comungar de ideias das mais diversas áreas e campos de estudos, assim se fortificando o trabalho multidisciplinar, que assume caráter de total importância. A psicologia ambiental é um campo de estudo de cunho multidisciplinar, pois como psicólogos da área, dialogamos com outros campos de estudos bem como a arquitetura, o urbanismo, a sociologia e o mais importante à geografia humana (MOSER, 1998).

A geografia humana leva o espaço como ponto central de seus estudos, e a psicologia ambiental dá extrema importância ao espaço e quais as relações e sentimentos que as pessoas desmontam ter com aos lugares que estão vinculados. A psicologia dialoga com a arquitetura e o urbanismo a partir da perspectiva do micro e do macro sistema, ou seja, o sujeito busca ajuda ao idealizar e construir seu espaço mais íntimo onde irá manter suas relações familiares e pessoais; em consequência a esse fator o espaço urbano em que está localizado irá ter total influência no modo de viver e enxergar o mundo a sua volta. Assim, se dá a dinâmica da multidisciplinaridade da psicologia ambiental com outras áreas de conhecimento (MOSER, 1998).

Segundo Tassara e Rabinovich (2003), a psicologia ambiental está voltada as questões sociais e as demandas emergentes nos mais diversificados lugares do mundo. Na Europa a psicologia ambiental tem forte influência a partir das ideias advindas da arquitetura e urbanismo, pois o cenário onde a psicologia ambiental estava inserida era de pós-segunda guerra mundial e com isso tinha-se a preocupação em reerguer o espaço urbano.

Já nos EUA, devido ao cenário político vivenciado no país, a psicologia ambiental buscou dar mais ênfase a individualização e assim estudar e colocar em prática temas centrados ao homem, ideais essas vindas de contribuições de Kurt Lewin por meio do *behavior setting*. Enquanto no Brasil, esse campo de conhecimento surgido no século XX, se consolida a partir das contribuições de Maria do Carmo Guedes, que participou da idealização e elaboração de novas cidades, enfatizando a importância da vida comunitária. Dessa forma, assim como na América Latina, a psicologia ambiental brasileira apresenta características da psicologia social e comunitária. Assim sendo, assume o compromisso de possibilitar a transformação social a partir de reflexões acerca da inter-relação sujeito-ambiente (TASSARA, RABINOVICH, 2003).

Conclusão

Ao analisarmos o contexto histórico e as articulações pertinentes na área em evidência vemos que, embora muito importante para compreensão das inter-relações do homem com seus ambientes, a psicologia ambiental é um campo de estudo totalmente novo e que ainda requer o desenvolvimento de novos meios de conhecimentos, práticas e intervenção.

Mesmo com os estudos e os avanços em psicologia ambiental, pudemos concluir que os conhecimentos nessa área ainda são muito escassos e principalmente no que diz respeito ao contexto brasileiro. Por isso, e diante da importância de se pensar a inter-relação sujeito-ambiente para que seja possível garantir a sobrevivência das gerações futuras, faz-se necessário cada vez mais ampliar os estudos e discussões referentes ao campo da psicologia ambiental.

Referências

- ELALI AZAMBUJA, Gleice. Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. Estudos de psicologia, v. 2, n. 2, 1997.
- GÜNTHER, Hartmut. A Psicologia Ambiental no campo interdisciplinar de conhecimento. Psicologia USP, v. 16, n. 1-2, p. 179-183, 2005.
- MOSER, Gabriel. Psicologia ambiental. Estudos de psicologia (Natal), v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998.
- MOYANO DÍAZ, Emilio. Uma exploração da especificidade e interdisciplinaridade metodológica em Psicologia Ambiental. Psicologia USP, v. 16, n. 1-2, p. 141-154, 2005.
- PINHEIRO, José Q. Psicologia Ambiental: espaços construídos, problemas ambientais, sustentabilidade. Estudos de Psicologia (Natal), v. 8, p. 209-213, 2003.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. Psicologia Ambiental e futuro: reflexões geopolíticas sobre Política Ambiental. Psicologia USP, v. 16, n. 1-2, p. 261-267, 2005.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Perspectivas da Psicologia ambiental. Estudos de Psicologia (Natal), v. 8, n. 2, p. 339-340, 2003.
- WIESENFELD, Esther. A psicologia ambiental e as diversas realidades humanas. Psicologia Usp, v. 16, n. 1-2, p. 53-69, 2005.

PSICOLOGIA CLÍNICA: UMA VISÃO ACERCA DO ATENDIMENTO INDIVIDUAL

Juliane Aparecida Alves Felix¹; Ana Késia Barbosa Moura²; Nathalia Kelly Costa Lessa³; Ariel Barbosa Gonçalves⁴

Introdução

A atuação clínica em Psicologia socialmente ainda é bastante associada ao modelo tradicional de terapeuta, aquele que escuta e faz pontuações. A atuação clínica requer alguns conceitos fundamentais, tais como: a escuta especializada, a compreensão do sofrimento psíquico, a aceitação da subjetividade do sujeito, ética e empatia (DUTRA, 2004).

Pensar na formação do psicólogo clínico é uma tarefa muito complexa, mas crucial. A psicologia é um campo diversificado, o que torna a tarefa de saber de fato quais as habilidades e competências de um bom psicoterapeuta muito difícil, tendo em vista que na formação em psicologia há diversas teorias, muito distintas, e essa compreensão das habilidades e competências depende da abordagem teórica e metodológica que embasam o psicólogo (DUTRA, 2004).

A clínica em psicologia se constitui como um espaço criado para atender e compreender o outro em sua singularidade, para ouvir, orientar sem julgamentos e preconceitos, apontar caminhos que proporcionem o alívio do sofrimento psíquico e emocional, autoconhecimento, aceitação, etc. O psicólogo é o profissional que propicia o encontro do sujeito consigo mesmo a partir da fala (FEIJOO, 2004).

A natureza interventiva que é própria do agir clínico possibilita ao sujeito um espaço para que este exponha suas experiências, que fale sobre si sem ser julgado, oportunizando que durante este contato o sujeito realize uma elaboração da sua própria experiência.

No atendimento individual, o paciente narra a sua experiência e o psicólogo a acolhe e assume o papel de coparticipante da experiência, se colocando no lugar do outro para melhor entender o que foi narrado. O conhecimento passa a ser construído na relação, na ação entre os envolvidos (CIMINO; LEITE, 2016).

O psicólogo clínico é apto a atender diversas demandas e faixas etárias. Podendo realizar atendimento tanto de caráter individual, quanto grupal, sempre com o objetivo de ajudar os indivíduos no processo de autoconhecimento e desenvolver estratégias de enfrentamento para melhor lidar de forma mais assertivas com os conflitos (TEIXEIRA, 1997).

A vivência aqui apresentada foi obtida no estágio Estágio em Ênfase I - Processos de Prevenção e Promoção de Saúde com foco na Psicologia Clínica, este que objetiva o desenvolvimento das competências e habilidades do aluno estagiário através da associação teoria-prática.

Metodologia

Este trabalho trata-se de um estudo descritivo da natureza qualitativa na modalidade de relato de experiência, construído a partir da atividade realizada no Estágio Ênfase I - Processos de Prevenção

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

² Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

³ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

⁴ Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado. Email: arielbarbosa@fvs.edu.br

e Promoção de Saúde com foco na Psicologia Clínica, que teve como campo de atuação a Policlínica Regional Dr. Manoel Gouvea, localizada na cidade de Iguatu-CE, no período de 01/09/2016 a 09/12/2016.

As vivências deram-se semanalmente na instituição supracitada e, durante este foi tida a oportunidade de que fosse realizada a observação de atendimentos psicológicos individuais.

Durante o período, foi realizada a observação de cinco atendimentos individuais, estes sendo atendimentos de primeira vez, que haviam sido encaminhados por diversas especialidades médicas (neurologia, pediatria, psiquiatria, clínico geral). A psicóloga, profissional da instituição, realizava o atendimento e em seguida discutíamos o caso apresentado, buscando formular uma hipótese acerca deste. Nos cinco atendimentos, os casos apresentados obtiveram como hipótese diagnóstica: luto normal, transtorno de estresse pós-traumático, dificuldades de relacionamento e falta de limites na infância (2).

Para a construção deste estudo baseou-se na literatura disponível acerca da psicologia clínica e sua atuação no atendimento individual.

Resultados e discussões

Ao longo do estágio, diante da observação dos atendimentos, foi possível perceber o quão difícil é a tarefa de ouvir de forma empática, suspendendo os a-prioris, não realizando julgamentos.

O psicólogo clínico durante o atendimento individual deve utilizar-se de todo o seu arcabouço teórico, das suas habilidades e competências para lidar com as situações envolvidas. Mas também deve usar seu lado humano para compreender cada situação, ser empático para com o sujeito, proporcionando no setting terapêutico um lugar no qual este possa expor suas situações, seus problemas sem ser julgado ou discriminado, mas sim, compreendido e auxiliado no desenvolvimento de maneiras de enfrentar seu sofrimento psíquico.

O modelo clínico tradicional mostra-se muito potente, mas diante do contexto social brasileiro faz-se necessário a incorporação de outras modalidades clínicas como o modelo de clínica peripatética, este que propõe que o cuidado à saúde seja para além dos muros institucionais, com foco no vínculo com o paciente, realizando ações no espaço onde este vive, na sua comunidade, no seu território, ampliando o olhar, com foco em um sujeito biopsicossocial (FREIRE et al, 2013).

Considerações finais

Tendo como base a experiência descrita, bem como a teoria acerca da temática, é possível chegar à conclusão de que o atendimento psicológico individual é fator de muita relevância no que diz respeito a auxiliar o sujeito no momento de sofrimento, no processo de autoconhecimento e aceitação.

Faz-se necessário então, cada vez mais que os profissionais desta categoria invistam no aprofundamento teórico e técnico, mas que também se revistam de humanização, a fim de propiciar acolhimento ao sofrimento daquele que dele precisar. Bem como, o entendimento de que propor clínica, não é propor um lugar de passividade do sujeito frente ao profissional, mas é propor que este profissional se ponha no lugar de ajuda, de escuta ativa, qualificada e, sobretudo de acolhimento.

Palavras-Chave: Clínica. Atendimento. Psicologia.

Referências

- CIMINO, Ana Paula Noriko; LEITE, Danielle de Fátima da Cunha; DE SIQUEIRA, Cavalcanti. Psicologia e saúde pública: cartografia das modalidades de prática psicológica nas policlínicas. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 8, n. 1, p. 14-23, 2016.
- FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. A psicologia clínica: técnica e técnica. *Psicol. estud.*, v. 9, n. 1, p. 87-93, 2004.
- FREIRE, Eduardo Corsino et al. A clínica em movimento na saúde de TTTS: caminho para materialização do SUS entre travestis, transsexuais e transgêneros. *Saúde em Debate*, v. 37, n. 98, p. 477-484, 2013.
- TEIXEIRA, Rita Petrarca. Repensando a psicologia clínica. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, n. 12-13, p. 51-62, 1997.

RELAÇÃO AFETIVA ENTRE IDOSOS E O AMBIENTE ONDE VIVEM: UMA EXPLANAÇÃO SOBRE APEGO AO LUGAR.

Mayara Sampaio Ferreira¹; Thais Oliveira da Silva¹; Elcides Hellen Ferreira Landim Barreto²

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar estudos que tratam do apego que as pessoas idosas estabelecem com os lugares em que vivem. Assim sendo, as discussões tratadas neste estudo se situam no campo de conhecimento da Psicologia Ambiental, área que se debruça sobre a inter-relação sujeito-ambiente.

O apego ao lugar configura-se como o estabelecimento de laço afetivo entre os sujeitos e os ambientes. Este envolve as percepções que as pessoas têm sobre o lugar e o grau de segurança e conforto que esse passa ao sujeito (FELIPPE & KUHNEN, 2012). Neste processo é importante considerar a dimensão simbólica, ou seja, a formação de significados, na relação dos sujeitos com os ambientes onde estão inseridos.

Considera-se bastante relevante pensar o apego do idoso aos lugares em que vive, pois a população senescente no Brasil vem aumentando com o passar dos anos. Ao passo que as pessoas estão se tornando cada vez mais ocupadas e sem tempo para se dedicarem a esta população, fazendo com que muitos idosos acabem sendo obrigados a mudarem dos lugares onde vivem para a casa de parentes ou até mesmo para abrigos.

Diante desse cenário, é importante que sejam desenvolvidos estudos que apontem a necessidade de se levar em consideração os laços afetivos que as pessoas desenvolvem ao longo da vida com a casa onde se mora, com os lugares onde se cresceu. É preciso atentar para o fato de que as relações com esses ambientes têm uma dimensão simbólica, ou seja, são carregados de significados, lembranças, emoções (PAVÃO & ARROZ, 2012).

Assim sendo, o presente trabalho objetiva compreender como se dá a vinculação afetiva com relação aos espaços, explanando o conceito de apego ao lugar e atrelando-o a vinculação feita pelos idosos com os ambientes. Pretende-se ainda sensibilizar as pessoas para a necessidade de se compreender a importância da relação afetiva que os idosos estabelecem com os locais.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizado um estudo de revisão bibliográfica a partir de livros e artigos científicos retirados dos bancos de dados do Google Acadêmico e *Scielo*. A partir das palavras-chave Apego ao Lugar, Dimensão Simbólica e Idosos foram encontrados 20 artigos. Destes apenas 9 estudos, datados do ano de 2004 a 2012, foram selecionados por atenderem aos objetivos traçados neste trabalho.

Resultados e Discussão

¹ Faculdade Vale do Salgado/FVS.

² Psicóloga; mestre em psicologia pela Universidade Federal do Ceará/UFC; professora da Faculdade Vale do Salgado/FVS. Email: hellenbarreto@fvs.edu.br

O apego ao lugar, citado por Giuliani (2004), é assinalado pela presença de afetos que os indivíduos sentem de diferentes modos, em relação aos lugares em que nascem, circunstâncias que vivenciam e pessoas com quem exercem interação, como também sujeitos pertencentes destes locais.

De acordo com Felipe & Kuhnen (2012), o apego ao lugar pode ser caracterizado como um laço emocional firmado em espaços físicos, englobando sentimentos advindos da experiência espacial real ou esperada, de modo que haverá um laço afetivo e um vínculo duradouro entre pessoa e ambiente. Este proporcionará ao indivíduo uma sensação de conforto, um sentimento de segurança e a constituição de uma singularidade perante o mesmo, na qual se houver uma separação, trará a pessoa uma sensação de sofrimento.

Giuliani (2004) destaca a existência de três dimensões primordiais para o entendimento do sentimento de apego ao lugar: a primeira refere-se aos aspectos funcionais dos ambientes, ou seja, diz respeito à possibilidade do local proporcionar a satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais, entre outras, dos sujeitos. A segunda dimensão relaciona-se com o tempo de moradia e familiaridade que as pessoas desenvolvem com os lugares, o que as proporciona sentimentos de segurança e bem-estar. Por fim, tem-se a relação simbólica que é estabelecida com os ambientes por meio da atribuição de sentido e sentimentos aos espaços.

Acerca desta última, Medeiros (2005) diz que corresponde aos significados simbólicos que mediam as relações entre pessoa e ambiente, e que são formulados no meio sociocultural, ou seja, são construídos na inter-relação pessoa-ambiente. Estes influenciam as ações das pessoas diante situações cotidianas e possui grande importância na construção de uma identidade social.

Assim sendo, o apego afetivo, segundo Polli e Kuhnen (2011), é um fator dimensional de grande importância para a avaliação do ambiente onde o sujeito está inserido, uma vez que este se relaciona com a sua própria expressão identitária e as demais relações sujeito-ambiente. Esse apego afetivo é percebido através das escolhas feitas por moradores quando estes optam por morar onde sentem-se mais acolhidos, geralmente baseado em experiências anteriores.

A relação afetiva estabelecida com o local diz respeito ao nível de segurança e conforto que o mesmo passa ao sujeito, pela importância e a duração do vínculo estabelecido entre pessoa-ambiente, ressaltando que pode ocorrer um sofrimento de perda quando há uma quebra desse vínculo em virtude da separação com o local (FELIPPE E KUHNEN, 2012).

Medeiros (2005, p. 64), relata que a separação com o local gera “um rompimento do indivíduo com velhos valores, sentimentos e estilo de vida que o lugar deixado pra trás representa”. Corresponde então com o sentimento de perda citado por Felipe e Kuhnen (2012), e que exige do sujeito um novo período de adaptação e criação de significados ao novo ambiente onde viverá.

Assim sendo, é importante atentar que a brusca mudança de um lar exige um processo de reinserção e adaptação que demanda, entre outras coisas, uma resignificação da própria identidade, uma adaptação ao novo ambiente, bem como o desapego ao lugar de moradia anterior. Assim, ao se deslocar o idoso de seu lugar de moradia, exige-se deste uma reinvenção de estratégias de sobrevivência e desenvolvimento de novas formas de viver.

Diante disso, é necessário considerar que, caso o idoso tenha que ser retirado de seu lar, é importante que o novo local de moradia seja organizado e ajustado de acordo com os desejos e necessidades do idoso, uma vez que a personalização do espaço tem efeito psicológico moral e afetivo.

Conclusão

A partir desse estudo foi possível descrever o apego ao lugar como laço afetivo desenvolvido na relação pessoa-ambiente a partir dos sentimentos de familiaridade, segurança, conforto, bem-estar, entre outros, que são proporcionados pelos lugares.

Acerca do sentimento de apego ao lugar da pessoa idosa, este estudo mostrou que é importante para essa população permanecer em lugares com os quais possuem um maior apego, pois o referido sentimento pode indicar que este se sente seguro, confortável, pertencente a este local.

No entanto, diante do estilo de vida urbano atual, os idosos muitas vezes são obrigados a saírem de suas casas para irem morar com familiares ou em abrigos. Nessas circunstâncias, o presente estudo aponta para a necessidade de se proporcionar um ambiente no qual possam ser desenvolvidas as dimensões simbólicas, relacionais e de familiaridade entre o idoso e o ambiente a fim de proporcionar-lhe as condições necessárias para o desenvolvimento do sentimento de apego ao novo ambiente.

Palavras-Chave: Psicologia Ambiental. Espaço. Lugar

Referências

- ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F.de. Apego ao lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 53-61.
- FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. *Estudos psicol. (Campinas)*, v. 29(4), 609-617, out./dez, 2012.
- GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoa - ambiente. In: TASSARA, E. T.; Rabinovich, E. P.; GUEDES, M.C., *Psicologia e ambiente*. São Paulo: Educ, 2004.
- LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. A. C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental, *Fortaleza*, v. 40, n. 4, pp. 491-497, out./dez, 2009.
- MEDEIROS, S. T. B. J. de. Um lugar para chamar de “meu”: estudo sobre relação afetiva com o lugar de moradores da praia de Pipa-RN. 2005. 169 f. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- PAVÃO, S. S.; ARROZ, A. M. M.A personalização do espaço na identidade com o lugar de idosos institucionalizados em dois lares: do modelo analítico à construção dos instrumentos de recolha de dados. *Fórum Internacional de Pedagogia II (FIPED)*, p. 1-18, 2012.
- POLLI, G. M.; HUNKEN, A. Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, 16(1), janeiro-abril/2011, 57-64.
- SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estud. psicol. (Campinas)*, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.
- VIEIRA, A. C. C. Lar doce lar? Um estudo sobre afetividade de idosos residentes em instituições de longa permanência em Fortaleza. 2012. 215 f. Tese (mestre em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO NASF DE CEDRO-CE

Jéssica Renata Vitor de Sales Diniz¹; Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho Cruz²

Introdução

Neste trabalho busca-se relatar o desenvolvimento do estagiário durante o processo de um dos Estágios Profissionais com Ênfase em Saúde, bem como os deveres e saberes e o campo de atuação dentro da Psicologia. O estágio curricular constitui-se como uma experiência na qual facilita o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para o fazer em Psicologia, de modo a relacionar a teoria e a prática, tendo como o intuito a troca de conhecimentos acerca da Psicologia e sua relação com a comunidade abrangente do equipamento, na busca de mais conhecimentos e experiências. O Estágio Profissional com Ênfase em Saúde possui um enfoque na promoção e prevenção de saúde, na qual foram realizadas atividades do fazer da Psicologia. As atividades propostas no decorrer do Estágio profissional foram realizadas no **Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF)** juntamente com a psicóloga do equipamento, na cidade de Cedro-Ceará. **O NASF da cidade de Cedro se enquadra na modalidade de NASF 1, os profissionais que fazem parte da equipe são: Assistente social, Nutricionista, Educadoras Físicas, Fisioterapeuta e Psicóloga. O NASF 1 abrange nove Unidades Básicas de Saúde (UBS) no município, onde cinco estão localizadas na sede e quatro localizadas nos distritos da cidade. O Equipamento possui um ponto de apoio que se localiza na sede do município.** O NASF teve início a partir da portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008, que se constitui por uma equipe multiprofissional de diversas áreas de conhecimento, que atuam em parceria com os profissionais das estratégias de saúde da família, buscando uma integridade dos cuidados físicos e mentais aos usuários da atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS). Os profissionais do equipamento tem como responsabilidade a elaboração de projetos terapêuticos, através de discussões, para a realização de ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade que deve ser compartilhada por todos os profissionais envolvidos (PORTARIA GM Nº 154, 2008). A portaria que regulamenta o NASF possui uma série de atribuições que os profissionais devem desenvolver juntamente com as equipes de Saúde da Família, tendo como deveres: identificar ações, atividades que serão adotadas nas regiões abrangentes, realizar acolhimento e humanizar o serviço, integrar as ações com outras políticas públicas (educação, cultura, esporte e lazer), bem como produção de material informativo nas áreas abrangentes do NASF (MOREIRA; CASTRO, 2009). De acordo com Castro e Malo (2006, apud MOREIRA; CASTRO, 2009) promover saúde é resgatá-la como meio de cuidado e de desenvolvimento da vida, onde essa promoção nos equipamentos de saúde necessita da construção de políticas públicas adequadas e saudáveis que proporcionem a criação de ambientes mais favoráveis à saúde, sendo também de grande importância a estimulação do autocuidado da população. Moreira e Castro (2009) enfocam que o psicólogo inserido na Atenção Primária demanda de conhecimentos em várias áreas da Psicologia como: a Psicologia clínica que buscará trabalhar os transtornos mentais no molde da clínica ampliada, a Psicologia social para mapear e entender o modo de vida de

¹ Discente do 9º semestre do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

² Docente e supervisora de estágio do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado. E-mail: vanessacarvalho@fvs.edu.br

determinadas populações, a Psicologia escolar, a Psicologia ambiental e a Psicologia do desenvolvimento para conhecer os ciclos de vida, para assim realizar uma boa prática com os usuários nos diversos ambientes. É importante que o profissional também tenha como foco contribuir e facilitar estratégias que possam incentivar a participação e o controle social da população, para qualificar o vínculo entre a equipe e os moradores no reconhecimento das necessidades biopsicossociais, culturais e subjetivas que são essenciais para a integralidade (MOREIRA; CASTRO, 2009). As atividades desenvolvidas tiveram como objetivo proporcionar aos participantes momentos de discussões, reflexões e aprofundamentos de questões apresentadas na comunidade através de rodas de conversas, consultas compartilhadas e ações na escola, visando uma prática reflexiva por parte dos participantes, além de favorecer a troca de conhecimento e aprofundamento de estudo sobre as demandas apresentadas.

Metodologia

Durante o estágio foram desenvolvidas atividades como: observação de campo, entrevistas preliminares, rodas de conversas, consultas compartilhadas com enfermeiros aos pacientes hipertensos, ações realizadas em escolas e visitas domiciliares. Uma das atividades propostas ao Estágio foi a observação das atividades do grupo de gestantes na Unidade Básica de Saúde (UBS), sendo de grande importância para melhor avaliar o funcionamento do grupo, bem como a interação das participantes com os facilitadores em ação. As rodas de conversas abordaram sobre a ansiedade com o grupo de obesos e o grupo de gestantes da Unidade Básica de Saúde. Foi realizada consulta compartilhada com os hipertensos da UBS na sede do município, onde participaram da consulta a psicóloga no NASF, a estagiária de Psicologia, a estagiária de enfermagem e sua supervisora, possuindo o intuito de monitorar os hipertensos do local, sua adesão ao tratamento e os hábitos do dia a dia, principalmente relacionados à saúde. As entrevistas preliminares efetuaram-se na UBS localizada na sede do município em um dia da semana durante quatro semanas, com o intuito dos usuários do equipamento poderem ter maior acesso a área da Psicologia, bem como poder escutar as demandas apresentadas de modo a compreendê-los e auxiliá-los. No suporte a escolas foram realizados cinco encontros com os alunos, onde as atividades tiveram o intuito trabalhar a cooperatividade através de brincadeiras e jogos com alunos do 5º ano numa escola abrangente do território do NASF. Almejou-se contribuir de forma lúdica para a reflexão das crianças acerca do tema, buscando através das atividades proporcionar uma troca de saberes entre os participantes. Foram executadas visitas domiciliares com a supervisão da psicóloga do NASF, juntamente com a Agente Comunitária de Saúde (ACS) em seu bairro de abrangência, tendo como objetivo observar de perto a realidade de parte da população, bem como aspectos subjetivos e a dinâmica familiar dos pacientes.

Resultados e Discussões

No decorrer do estágio houveram pontos positivos e negativos durante a realização das atividades. Como ponto negativo pode-se dizer do pouco tempo para a realização das atividades e o ponto positivo foi ver de perto a atuação da Psicologia dentro do NASF, bem como as atividades realizadas pela profissional da instituição. Esse trabalho proporcionou a comunidade participante um maior conhecimento acerca do papel da Psicologia na atenção básica, sendo que na UBS onde foram realizadas as atividades não há um profissional da área permanente no local. Salienta-se a importância

da escuta psicológica para a população uma vez que oferece um espaço aberto para queixas tão singulares. Em relação ao estágio de Psicologia na atenção básica, foi de fundamental importância, pois possibilitou um maior conhecimento sobre a Estratégia de Saúde da Família e o trabalho da Psicologia com esse setor, bem como aprender de perto o trabalho realizado com a comunidade de modo interdisciplinar. Pode-se dizer que também é de grande importância para o estagiário a preparação teórica que antecede o trabalho de campo e as discussões realizadas em supervisão com a professora e demais colegas, cada um trazendo as suas experiências em áreas distintas, mas que se complementam uma vez que a proposta do estágio não é apenas a do aluno aprender, mas também desse discente contribuir em algo para a realidade daquele local o qual está estagiando.

Conclusão

A prática de estágio em si propõe aprendizados diversos, a partir dela é possível o estudante de Psicologia obter informações e propor ações frente a atuação na comunidade. Desse modo, é possível vivenciar a realidade da profissão, onde nem tudo são flores e nem sempre o que se planeja dá certo, cabendo a nós, estagiários e profissionais, ter sempre estratégias que façam com que o trabalho possa acontecer. As ações proferidas pela psicóloga proporcionaram um conhecimento impar acerca das políticas públicas de saúde, assim foi possível relacionar o ensino-aprendizagem, como um contínuo frente a prática da Psicologia no contexto comunitário. No campo da supervisão em sala a experiência de troca entre colegas e docente constitui-se como um vasto aprendizado de muita importância na preparação do estagiário para a prática, assim possibilitando a formação do futuro profissional.

Referências

BRASIL. Portaria nº. 154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF. Brasília: Diário Oficial da União 2008; 25 jan.
MOREIRA, Daiana de Jesus; CASTRO, Marden Gomes de. O Núcleo de Apoio à Saúde Da Família (NASF) como porta de entrada oficial do psicólogo na atenção básica. **TransFormações em Psicologia (Online)**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 51-64, 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-106X2009000200003&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 10 set. 2017.

SAÚDE DO HOMEM E SOCIALIZAÇÃO MASCULINA: CUIDADOS RENUNCIADOS

Leidiana Lima de Oliveira¹; Samara de Sousa Leite²; Alan da Silva Rolim³; Brena Lys Oliveira Bezerra⁴; Welison de Lima Sousa⁵

Introdução

Os diversos contextos que envolvem a figura masculina na sociedade exercem grande impacto no que se refere à saúde do homem contemporâneo, de modo geral. Lyra-da-Fonseca et al (2003) e Tellería (2003) ligam o fato de que o cuidado em saúde não é reconhecido como prática masculina à própria socialização da figura do homem na sociedade.

Questões culturais, visões preconceituosas e machistas e, conseqüentemente, a sobrecarga de trabalho do homem, inviabilizam a procura pelos dispositivos de saúde e o desenvolvimento da autonomia, que possibilitam a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado e preciso.

Fávero (2005) afirma que assume uma perspectiva psicológica ao abordar a socialização e as construções sociais das figuras masculina e feminina como parte do processo de desenvolvimento humano, incluindo todos os aspectos que constituem essas representações sociais, culturais, bem como aspectos da subjetividade.

A partir dessa perspectiva, o presente estudo visa discutir os impactos e influências exercidas através da construção social sobre o que é ser homem no que diz respeito à busca, cuidado e acesso a serviços de saúde por homens.

O estudo é de significativa valia em razão dos crescentes índices nos processos de adoecimento referentes ao público masculino, se fazendo necessária a compressão dos fatores norteadores que implicam no processo de adoecimento para que se torne possível o desenvolvimento de estratégias que visem transformar ou minimizar essa realidade, promovendo assim, saúde e qualidade de vida à esses indivíduos.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, definida como a busca de conhecimentos sobre contribuições científicas desta temática para análise, e busca de explicações para problemáticas envolvidas (Cervo, Bervian, Da Silva, 2007), como instrumento de coleta de dados foram utilizadas plataformas online científicas, como: Google Acadêmico, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Pubmed e Scielo. A pesquisa bibliográfica formou-se a partir da seleção feita com os descritores: Atenção Básica. Cuidado. Promoção de Saúde. Saúde do Homem. Socialização Masculina. Utilizou-se dos critérios de inclusão: artigos publicados a partir do ano de 2000; disponível em português; links disponíveis. Como critérios de exclusão: dissertações.

Resultados e discussão

¹ Discente do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

² Discente do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

³ Discente do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

⁴ Discente do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

⁵ Docente do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado. Email: welisonlima@fvs.edu.br

Uma das influências sobre a naturalização do machismo é a mídia, que dissemina e aborda as questões de preconceito ligadas à socialização como algo natural e despretensioso. As propagandas, novelas e comerciais mostram cada vez mais a figura masculina como ser dominante, provedor, que não sofre, não chora. Ao mesmo tempo em que tenta transmitir a falsa ideia de igualdade de gênero, como relata Chaves (2010).

Dessa forma, a influência exercida pela mídia, como consequência das ideias e representações da socialização masculina acabam por inviabilizar, muitas vezes, a procura deste pelos serviços de saúde, uma vez que se entende, nesse contexto, como sendo o papel e/ou hábito direcionado à figura da mulher.

Nota-se que a classe masculina inúmeras vezes se ausenta dos consultórios médicos, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e demais equipamentos de saúde, pertinente ao sentimento de invulnerabilidade por terem resistências aos processos de prevenção e autocuidado, não é incomum que adiem a busca por atendimento ao ponto que os quadros de adoecimento estejam intensificados, suscitando problemas e despesas em maior escala, para o próprio sujeito e para o sistema de saúde, que deve interceder nas fases mais críticas das doenças (BRASIL, 2009).

É dita a ideia que UBS são quase exclusivas para o público feminino, infantil e idoso. A ausência da figura masculina nos serviços de atenção primária à saúde pode estar associada a uma característica identitária masculina referente à sua marcha de sociabilização.

Partindo desse princípio, Cannabrava (2012) pontua que os seres humanos são educados no seio de suas famílias e no decorrer de suas existências, complementam esse saber nas escolas, no entanto, os diferentes ambientes sociais continuam a alimentar e reforçar, cada vez mais, os padrões machistas dessa socialização, relações de dominação de gênero, promovendo forte impacto sobre quem é submetido a assumir tal postura e naturalizar essa forma de violência invisível aos olhos humanos.

Tal característica se remete à desvalorização do autocuidado e preocupação inicial com a saúde. Sobre outra perspectiva, os homens optam por recorrer a farmácias e prontos-socorros: tipos de serviços de saúde que apresentam maior objetividade na resolução de suas queixas. Nesses espaços, o atendimento seria mais rápido e os homens conseguiriam evidenciar suas demandas com maior facilidade (FIGUEIREDO, 2004).

Existem modelos idealizados da masculinidade onde se encontram rudimentos de invulnerabilidade e comportamentos de risco vistos como valores da cultura masculina, bem como, há a ideia de uma sexualidade por instinto, logo irrefreável. Concernentes a isso, existem as dificuldades em verbalizar as próprias necessidades de saúde, visto que essa resistência se deve ao receio de que seus problemas sejam compreendidos enquanto demonstração de fraqueza, feminização perante os demais (FIGUEIREDO, 2004).

Nesse sentido, entende-se que o homem é educado, programado e configurado enquanto agente opressor e, assim, acaba se tornando vítima de um sistema que o obriga à ser invulnerável e insensível à ponto de omitir, reprimir e ignorar as próprias necessidades na intenção de atender às demandas de uma sociedade patriarcal e retrograda.

Dessa forma, esses aspectos acabam sendo incompatíveis com sinais de “fraqueza”, com relação à explicação sobre a busca pelos serviços de saúde, ou seja, a ideia é que a masculinidade do homem na sociedade atual seria posta em risco, pois se aproximaria dos aspectos que envolvem o conceito de feminilidade (DESLANDES, 2004).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nota-se que o homem constrói, de si e dos seus pares, uma visão de ser dotado de virilidade, esta é almejada e cobrada socialmente. Dessa maneira, os cuidados com sua saúde passam a ser adiados ou vistos como desnecessários, ou como representação de feminilidade, assim, sendo adiados até que seus quadros de adoecimento sejam agravados.

A falta de autocuidado surge da associação do cuidado da saúde como preocupação exclusiva da figura feminina e da forte pressão social que lhe é imposta e naturalizada à todo momento, tornando invisível o sofrimento psíquico e demais impactos causados por essas representações cristalizadas e estereotipadas.

A contra hegemonia no contexto da educação como cerne e fator crucial no processo de desenvolvimento humano, aqui se mostra de fundamental relevância na busca pela transformação social e cultural de uma sociedade que oprime, violenta e adoce cotidianamente os sujeitos, na intenção de promover a minimização desses impactos e contribuir para a qualidade de vida dos envolvidos.

É nítida a necessidade de desenvolvimento de estratégias atrativas ao público masculino. Deve-se frisar que é preciso uma desconstrução da visão sobre os cuidados básicos como exclusivos da figura feminina e de crianças e idosos; como também, deve-se desconstruir a concepção de que o homem precisa ser onipotente, ou que não possa adoecer, necessitando assim de cuidados.

É válido salientar que o homem necessita dos serviços de saúde, e é preciso que esse se perceba enquanto ator de seu próprio processo de saúde, assumindo sua autonomia para que então ele possua melhor qualidade de vida.

Palavras-Chave: Atenção Básica. Cuidado. Promoção de Saúde. Saúde do Homem. Socialização Masculina.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem:** princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 92 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/saude_do_homem.pdf>. Acesso em 11 de set. de 2017.

CANNABRAVA. B. **Paz na Educação Popular Feminista.** In: VIEIRA.V, CHARF.C (orgs). Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012. Pag 199 – 202.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica** / Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. – 6. Ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES. F.N. **A sociedade capitalista e o feminino: sua estrutura falocêntrica e a questão da aparência.** In: Marcondes Filho.C. (org). Transporizações. São Paulo: Eca-Usp, 2010, p 216- 226.

DESLANDES SF, GOMES R. **A pesquisa qualitativa em serviços de saúde: notas teóricas.** In: Bosi MLM, Mercado FJ, organizadores. Pesquisa qualitativa de serviços de saúde. Petrópolis: Editora Vozes; 2004. p. 99-120.

FÁVERO, M. H. (2005). **Desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais:** Por uma articulação teórica e metodológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21, 17-25.

FIGUEIREDO, W. **Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2005, vol.10, n.1, pp.105-109. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000100017>.

LYRA-DA-FONSECA et al. **Homens e cuidado: uma outra família?** In: Acosta AR, Vitale MA, organizadores. *Família: redes, laços e políticas públicas.* São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2003. p. 79-91. 7.

TELLERÍA JM. **Reflexiones autocríticas acerca de una investigación sobre la búsqueda de atención y demandas en salud de hombres en Santa Cruz de La Sierra - Bolivia.** In: Cáceres CF.; Cueto M.; Ramos M.; Vallas S.; editors. *La salud como derecho ciudadano: perspectivas y propuestas desde América Latina.* Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia; 2003. p. 165-72.

THE HANDMAID'S TALE E O ENFRAQUECIMENTO DA RESOLUÇÃO CFP 01/99: DISTOPIAS ATUAIS

Brennda Martinelli Pinho Silva¹; Tiago Deividy Bento Serafim²

Introdução

The Handmaid's Tale é uma série norte-americana exibida em 2017, criada por Bruce Miller baseada em um romance, que recebe o mesmo nome, escrito pela canadense Margaret Atwood em 1985. O cenário representado trata-se de um futuro distópico, não muito distante da realidade atual, que aconteceria no território dos Estados Unidos, mas que a partir da intervenção militar de um governo totalitário e teocrático, passa a denominar-se República de Gileade. Trata-se, pois, da narrativa da história das Handmaids, as últimas mulheres férteis do mundo, uma vez que a taxa de fertilidade decresceu universalmente por conta da poluição e do uso de métodos contraceptivos. A sociedade passa então a ser organizada por castas, orientada por uma interpretação extremista da literatura bíblica, que determina autoritariamente a posição das mulheres férteis enquanto meras ferramentas que viabilizarão a procriação e, dessa forma, a continuidade da civilização.

Diversas questões são tratadas no enredo, considerando que as novas regras, impostas por essa sociedade distópica, controlam não somente o processo de concepção, mas também a toda a sexualidade e o corpo feminino. Uma dessas regras versa sobre as “traidoras do gênero”, termo que se refere às Handmaids lésbicas. A homossexualidade, tanto masculina quanto feminina, na República de Gileade é uma condição inaceitável, tendo em vista a reprodução compulsória apresentada na série.

Considerando que essas discussões sobre The Handmaid's Tale e as traidoras do gênero carregam consigo aparatos ideológicos que sustentam relações de dominação, ressalta-se a atualidade dessas frente aos retrocessos vivenciados nos últimos momentos no âmbito da Psicologia. O enfraquecimento da Resolução n° 001 de 22 de março de 1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que versa sobre as normas estabelecidas referentes à atuação dos psicólogos em relação à orientação sexual, tem evidenciado a urgência de se discutir mais amplamente as questões relacionadas à sexualidade humana e as imposições políticas conservadoras, expressões de uma sociedade patriarcal, que as assombram.

Uma ação popular direcionada contra a Resolução n° 001/99 foi acatada parcialmente pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Ao CFP foi vedado o direito de impedir ou requerer licença específica e prévia para que psicólogos desenvolvam estudos de reorientação sexual ou promovam terapias pautadas nesse objetivo. O Conselho Federal de Psicologia (2017) mantém-se contra essa alteração, afirmando que esta se constitui enquanto uma violação dos direitos humanos e que não possui fundamentação teórica e científica. A decisão, até o presente momento, ainda é passível de anulação e o CFP ainda pode recorrer a outras instâncias.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva discutir a relação entre a série The Handmaid's Tale e as estruturas ideológicas que fundamentam o fenômeno do enfraquecimento da Resolução n° 001/99 do CFP. Justifica-se a relevância social do tema discutido uma vez que esse movimento conservador atinge segmentos da sociedade marginalizados e, por vezes, excluídos, que são destituídos de seus poderes e têm seus direitos violados. Ressalta-se, portanto, sua importância

¹ Centro Universitário Leão Sampaio.

² Faculdade Vale do Salgado. Orientador. Email: tiagodeividy@fvs.edu.br

científica na formação do Psicólogo enquanto um profissional eticamente comprometido com a garantia de direitos humanos e a qualidade de vida dos sujeitos.

Discutindo uma tentativa um pouco menos atual de enfraquecimento da Resolução nº 001/99, o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011 que propõe a sustação dos artigos 3º e 4º da resolução citada, Barreto (2015) problematiza a intervenção do Poder Legislativo no que se refere à competência técnica e científica do CFP que, ancorado na defesa do direito a liberdade de expressão, o primeiro acaba por (re)produzir um discurso discriminatório fundamentado no preconceito ao público LGBT+, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras formas de expressões da sexualidade. Além disso, o autor afirma que esta medida fere a dignidade da pessoa humana e as diretrizes e resoluções internacionais na área do cuidado à saúde.

Sobre a mídia, Pompéo e Martini (2012) afirmam que o lugar ocupado por ela, considerando o processo de globalização no qual estamos imersos, é um fator de análise fundamental na tentativa de compreender a sociedade e suas instâncias políticas. Dessa forma, prestando serviços a um nível social, as produções midiáticas podem constituir-se enquanto verdadeiras aliadas no processo de democratização da sociedade e na busca pela promoção de cidadania e na garantia de justiça.

Destarte, considera-se que a mídia tem o poder de reverberar informações que chegam a grande parte da sociedade globalizada. É necessário, portanto, debruçar-se sobre compreender esse fator e utilizá-lo enquanto ferramenta política no processo de transformação da sociedade. Assim, *The Handmaid's Tale* enquanto uma produção midiática pode possibilitar análises críticas sobre questões atuais, como as ideologias implícitas nas tentativas de enfraquecimento da Resolução nº 001/99 do CFP, que estão ancoradas em uma perspectiva que parte de um senso comum alicerçado em uma moral conservadora, munida de um discurso religioso e de uma postura política que negligência, nesse contexto, a psicoterapia enquanto uma ética do acolhimento ao sofrimento humano.

Metodologia

A presente resenha crítica parte de um estudo qualitativo da série *The Handmaid's Tale* e da metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Essa metodologia propõe o desvendamento do crítico, pautando-se, primordialmente, em uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo analisado e estabelecendo diálogo com a fundamentação que pauta suas interpretações.

Resultados e discussão

Na sociedade patriarcal em que vivemos três são os pilares que a sustentam: a instituição do casamento, a heterossexualidade e a maternidade. Em *The Handmaid's Tale* a heterossexualidade compulsória é uma questão central, visto que a escravização das Handmaids se mantém por uma relação de dominação sobre a capacidade destas de reprodução. Dessa forma, a homossexualidade das Handmaids é intolerável.

A maternidade na série, bem como na sociedade atual, é naturalizada através de um discurso que se fundamenta em uma moral que, por vezes, é religiosa. “A fertilidade é um dom que veio diretamente de Deus”, diz Tia Lydia (Ann Dowd) – mulher responsável pela transmissão das novas regras e controle das Handmaids. Qualquer comportamento que desvie dessa norma é rotulado e sofre

as consequências de atravessar o limite do que é socialmente considerado adequado. “Somos úteros de duas pernas”, pensa June (Elisabeth Moss), uma Handmaid. Fica claro como a trama da série se confunde com a realidade quando tal discurso ideológico é utilizado para fazer a manutenção do que se entende tradicionalmente pela constituição da família.

Em outro momento June, que mais tarde recebe o nome de Offred, questiona outra Handmaid, Moira (Samira Wiley), sobre uma das mulheres consideradas traidoras do gênero. “E a Odette?”, diz June, “Ela foi encurralada pelo expurgo das lésbicas. Foi classificada como não mulher. Foi mandada para as Colônias”, responde Moira. Esse recorte evidencia como a homossexualidade das Handmaids retira delas a condição de humanidade, fenômeno tão presente na atualidade, considerando os crimes contra a população LGBT+, bem como a marginalização e exclusão desses grupos no que se refere à garantia de direitos e promoção da cidadania.

Outra Handmaid considerada traidora do gênero é Emily (Alexis Blendel), mais tarde nomeada por Ofglen e, em seguida, Ofsteven. Antes da República de Gileade se instalar, Emily era casada e tinha um filho. Durante o processo do golpe de Estado, foi separada de sua esposa e deste último e direcionada ao Centro de Treinamento das Handmaids por ser fértil. Uma intervenção estatal opera quando descobrem sua homossexualidade e esta é abruptamente subjugada à prisão. Offred, sua ex-parceira de compras, é interrogada sobre a sexualidade de Emily. No diálogo, Tia Lidya refere-se a Emily da seguinte forma: “Aquela garota, aquela coisa era uma ofensa a Deus. Ela era um animal repugnante”.

Emily posteriormente é levada ao tribunal como ré, acusada de traição ao gênero. Na cena o juiz afirma, referindo-se a esta, “Sua existência é uma abominação. Justiça mesmo seria enviá-la a uma eternidade de sofrimento. Mas Deus julgou oportuno torná-la fértil e por isso temos uma obrigação”. Emily é condenada a Redenção e o cumprimento da pena se dá quando ela assiste ao enforcamento da mulher com a qual estabeleceu um relacionamento na República de Gileade.

Divergências factuais entre ficção e realidade a parte, o que se evidencia como similar em ambas é uma punição para quem rompe com o código moral estabelecido. Por essa via, sujeitos desviantes são estigmatizados e excluídos. A estes são negligenciados direitos e cidadania, além de, por vezes, a própria condição de humanidade.

Conclusão

Nesse sentido, afirma-se que a distopia, entendida enquanto uma construção imaginária de uma situação de extrema opressão, presente em *The Handmaid's Tale* pode contribuir na compreensão de questões sociais da atualidade. Percebe-se com isso que ideologias utilizadas na manutenção de relações de dominação em uma sociedade patriarcal estão presentes tanto no enredo da série, como em políticas atuais. Assim, a distopia apresentada em *The Handmaid's Tale* é aterrorizante, pois pode ser claramente visualizada na nossa sociedade quando profissionais da ciência psicológica defendem as terapias de reversão sexual como intervenção clínica para o “enquadramento” de sujeitos na norma.

Frente a isso, ressalta-se a urgência de fortalecer as discussões sobre essas questões na formação do psicólogo, bem como enfatizar a relevância social do trabalho deste na preservação dos direitos das minorias políticas. Nesse sentido, é possível abarcar as questões éticas envolvidas em discussões coletivas que fomentem a criticidade sobre a temática, possibilitando uma atuação alicerçada em princípios éticos e no respeito as diversas formas de expressão da sexualidade.

Palavras-Chave: *The Handmaid's Tale*. Sexualidade. Distopias. Política.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARRETO, R. C. PDC 234/2011: **A “cura gay” e a interferência do legislativo na liberdade científica no contexto da preservação das minorias dentro da sociedade democrática**. 2015. 71 f. (Monografia – Graduação em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP 01/99 é mantida em decisão judicial**. 2017. Disponível em: < <http://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-0199-e-mantida-em-decisao-judicial/> >. Acesso em: 22 set. 2017.

MILLER, B. **The Handmaid’s Tale**. [série-vídeo]. Estados Unidos, 2017. 47-60 min.

POMPÉO, W. A. H.; MARTINI, A. J. O papel da mídia na construção da democracia, cidadania e justiça no mundo globalizado: um estudo voltado aos efeitos das ações de imprensa e micropolíticas fundadas no espaço local. In: I Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 1, 2012, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: 2012, pp. 1-12.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE ACERCA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Ana Késia Barbosa Moura¹; Juliene Aparecida Alves Félix²; Nathalia Kelly Costa Lessa³; Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho Cruz⁴

Introdução

Segundo Guedes et al. (2007) a violência é caracterizada por um fenômeno de ampla complexidade, envolvendo a interação dos fatores relacionados ao biológico, social, econômico e político, sua definição é intimamente influenciada pelos contextos históricos e culturais, e submetidos às contínuas mudanças da sociedade que assume novas normas e significados sociais.

A Organização Mundial de Saúde-OMS- conceitua a violência, como o ato intencional da força física ou do poder contra si mesmo, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que venha a causar dores físicas, lesões, morte, danos psicológicos, transtornos ou privações. (OPAS, 2002).

A violência pode ser classificada em quatro dimensões a física, psicológica/moral, sexual e negligência ou abandono. De um modo geral a violência em mulheres, crianças e pessoas idosas são mais frequentes por ser considerada uma população de alto índice de vulnerabilidade. (MASCARENHAS, et al., 2016).

A violência doméstica contra as mulheres pode-se definir como qualquer ação acometida contra a mulher pelo homem com a qual, a mesma possui ligações afetivas. (PORTO e COSTA, 2010). Os casos de violência contra a mulher, no geral são vistos pela grande massa da população como ações banais, em função dos aspectos culturais e de uma sociedade patriarcal e machista. (MASCARENHAS, et al., 2016).

Referencial Teórico

Conceituações de Violência Doméstica

A violência doméstica é dada como todo tipo de violência destinada aos membros de um grupo, sem função parental, que conviva no espaço doméstico, incluindo os que vivam periodicamente nesse ambiente. A violência contra a mulher atinge cerca de quatro mulheres no mundo, onde uma em cada cinco mulheres foram agredidas uma vez em sua vida. (NARVAZ e KOLLER, 2006).

A violência contra a mulher além de se caracterizar como uma violação de seus direitos humanos trata-se de um importante problema de saúde pública, a ação de violência física e sexual acarreta em graves consequências para saúde mental e reprodutiva, afetando não só as vítimas, mas todo o ambiente familiar, bem como quando há presença de crianças inseridas nesse contexto. (GARCIA, 2016).

¹ Faculdade Vale do Salgado (FVS).

² Faculdade Vale do Salgado (FVS).

³ Faculdade Vale do Salgado (FVS).

⁴ Faculdade Vale do Salgado (FVS). Orientadora. Email: vanessacarvalho@fvs.edu.br.

De acordo com Santos (2016) a Lei Maria da Penha, destaca o gênero feminino com uma carga cultural e histórica, intensificando o contexto do patriarcalismo, bem como a dominação do homem sobre a mulher, a qual desde a historicidade social deve um papel de submissão.

Ainda segundo Santos (2016), estudos revelam que muitas das mulheres agredidas por seus parceiros, após diversas tentativas de separação tendem a voltar a conviver com o agressor, a fim de manter a família unida, outros fatores evidentes que colocam a vítima como permanentes nessa relação são as razões relacionadas ao financeiro, desamparo familiar, submissão aos abusos sofridos, alcoolismo, pobreza, repetição de relações abusivas por parte de uma dinâmica da violência da mulher, o medo e a insegurança causadas por parte das ameaças decorrentes da violência psicológica sofrida.

Caracterizam-se como ações praticadas pelo agressor contra a mulher, a “violência física” que compreende lesões e danos na sua integridade; “violência psicológica” incluindo humilhações, isolamento, abandono, desprezo, intimidações; “violência patrimonial” que se insere como o ato de roubo, retenção aos danos ou bens, recursos materiais e documentos da vítima; “violência verbal” reconhecida por xingamentos, ofensas, ameaças e injúrias e a “violência sexual” identificada por relações sexuais forçadas ou práticas sexuais não consentidas. (SIGNORELLI et al., 2013).

2.2 Papel da Psicologia frente às vítimas de Violência Doméstica

Ações e intervenções voltadas para a problemática da violência contra a mulher requerem ações articuladas com diversas áreas de formação e atuação profissional. Tais ações devem ser pensadas e pautadas a partir de um olhar e uma prática multidisciplinar que envolva o Direito, a Psicologia, o Serviço Social, a Pedagogia, as Ciências Sociais, entre outras áreas. (GUIMARÃES, 2014).

Segundo Cesca (2004) ao enfrentar a violência doméstica juntamente com suas vítimas é imprescindível, além das medidas punitivas, ações voltadas para a prevenção, e, medidas de apoio a vítima e a sua família, garantindo atuações nos âmbitos da assistência social, psicológica e jurídica, assegurando a reorganização após a violência sofrida e, reinserindo a eventualidade da reabilitação do agressor.

O suporte psicológico proporciona as vítimas de violência um esclarecimento sobre o seu contexto familiar, promovendo uma ressignificação do conflito, garantindo um conforto emocional. Sendo capazes de possibilitar ações estratégicas que modifiquem seu cotidiano, sua capacidade de tomada de decisões e uma nova reestruturação do ambiente familiar. (SILVA, et al. 2017)

De acordo Silva et al. (2017) com a clínica psicológica se torna ampliada quando seu foco de intervenção se dá fora do setting terapêutico, sendo exercida em diversos espaços com a população atendida, buscando a articulação da clínica com o social, utilizando-se de estratégias com as equipes multiprofissionais, voltadas para a promoção e prevenção de saúde das vítimas.

O papel da psicologia no âmbito de apoio as vítimas de violência, está intimamente referente ao oferecimento do acolhimento a essas mulheres, por meio de um olhar diferenciado, sem permitir que os estereótipos da vítima se sobreponham aos seus direitos de ser humano. Cabendo ao psicólogo promover reflexões acerca da atual situação vivenciada pela vítima, auxiliando na escolha de seus novos caminhos e na ressignificação de suas experiências. (SOUZA et al., 2017).

Metodologia

O referido trabalho fundamenta-se em pesquisas bibliográficas, segundo Gil (2007), utiliza como fontes de contribuição toda bibliografia já tornada pública relativamente ao tema proposto,

tendo como intenção colocar o pesquisador em contato direto com o que já havia sido escrito, dito ou filmado sobre um deliberado argumento.

Foram empregados 20 artigos violência domestica. Os artigos foram pesquisados das bases de dados como Scielo (Scientific Eletronic Library Online) Google Acadêmico e BVS Psicologia Brasil. Desses 20 artigos selecionados, foram 15 considerados através dos critérios de seleção: as práxis psicológicas como rede de apoio as vítimas de violência doméstica.

Resultados e Discussão

Sabemos que ainda fazemos parte de uma sociedade machista e patriarcal nos dias atuais, à violência domestica é evidente, a partir do exposto, a sua complicação das questões envolvidas na dinâmica, à compreensão da complexidade de seu fenômeno deve ser compreendida por seus diversos fatores em que ela se insere.

Devem existir investimentos na capacitação dos profissionais que lidam diretamente com as vítimas de violência domestica, fortalecendo a rede de proteção e amparo, articulando a rede de cuidado com as instituições do sistema de justiça.

Esse estudo nos possibilitou a compreensão da importância de políticas que possam subsidiar programas de prevenção e intervenção na questão da vitimização feminina, em especial no âmbito das relações afetivas e sociais.

Conclusão

Diante do exposto foi possível perceber a importância da práxis psicológicas frente à assistência e amparo as vítimas de violência domestica onde é fundamental refletir acerca da realidade social em que as vítimas estão inseridas, realizar trabalhos multidisciplinares com os mais diferentes âmbitos sociais, mudando ideologicamente a imagem que foi construído historicamente pela sociedade.

Com o olhar do psicólogo pode se promover ações voltadas a ressignificação não somente das vítimas de violência, mas também os filhos dos agressores e a trabalhos voltados para a família, onde por muitas vezes presenciam a violência dentro de seus contextos familiares e também sofrem consequências devido a muitas vezes presenciarem as ações de violência. E ao agressor caberia ações preventivas da violência, podendo ser indicados à instituições para seguimento de psicoterapias.

Palavras-Chave: Violência. Doméstica. Papel do Psicólogo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Organizadora Maria da Graça Blaya. **A violência na sociedade contemporânea**. EDIPUCRS, 2010.

CESCA, Taís Burin. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 3, p. 41-46, 2004.

GARCIA, Leila Posenato et al. Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 4, 2016.

Gil, A. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas: São Paulo, 2007.

GUEDES, Rebeca Nunes; DA SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso. Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. **Revista eletrônica de enfermagem**, v. 9, n. 2, 2007.

GUIMARÃES, Maisa Campos. A formação pessoal de psicólogos/as e o trabalho com violência doméstica contra a mulher. 2014.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros et al. Caracterização das vítimas de violência doméstica, sexual e/ou outras violências no Brasil–2014. **Revista Saúde em Foco**, v. 1, n. 1, 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n. 1, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS,2002.

PORTO, Madge; COSTA, Francisco Pereira. Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n. 4, p. 479-489, 2010.

SANTOS, Ana Paula Coelho Abreu dos; WITECK, Guilherme. Violência doméstica e familiar contra a mulher. **Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2016.

SIGNORELLI, Marcos Claudio; AUAD, Daniela; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 2013.

SILVA, Gessiane Kelly de Oliveira Mendes da et al. Atenção Psicológica Clínica a mulheres em situação de violência: um estudo fenomenológico de uma experiência formativa. **Revista Mangaio Acadêmico**, v. 2, n. 1, p. 89-97, 2017.

EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO I NO CRAS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Beatriz Santos Batista¹; Waleska Virgínia Anacleto Quaresma²; Jessica Samy Silva³; Orlando Júnior Viana Macêdo⁴

Introdução

O presente estudo relata experiências vivenciadas na disciplina Estágio Supervisionado Específico I, com ênfase em Prevenção e Promoção da Saúde, componente curricular obrigatório do nono semestre do Curso de Bacharelado de Psicologia de uma Instituição de Ensino Superior do interior da Paraíba. Foi eleita como questão norteadora do estudo: quais são as reais contribuições da(o) profissional de Psicologia junto aos usuários do CRAS? Justifica-se a presente proposta pelos resultados contraditórios que estudos têm apresentado acerca na atuação da Psicologia no CRAS, bem como pelo desafio que tal contexto de atuação ainda representa para a Psicologia.

Em virtude da ampla demanda que acomete os serviços do CRAS, essa realidade confirma o que suscita nas orientações técnicas de Proteção Social Básica, no tocante ao CRAS. Brasil (2013) destaca que este equipamento é responsável pela organização e ajuda de serviços da proteção social básica do SUAS nas áreas territoriais de vulnerabilidade e riscos no município, sendo a principal porta de entrada do SUAS, possibilitando um grande acesso ao número de famílias que são atendidas. Assim, conforme as ponderações de Koelzer, Backes e Zanella (2014), os profissionais que atuam nos CRAS são convidados a lançar novos olhares sobre a Psicologia implantada nesse setor, reinventando e criando novas formas de intervenção e lidar com a imprevisibilidade do cotidiano de seu trabalho. Partindo desse pressuposto as práticas desenvolvidas pela profissional devem ser de caráter preventivo e de promoção a saúde, possibilitando inserir uma ótica holística de homem norteadora por uma visão positiva do ser humano, na qual acredita-se na potencialidade da pessoa e na capacidade de superação das dificuldades e da elaboração de estratégias que proporcionam melhores condições de vida.

Objetivos

Objetivou-se, portanto, por meio dessa experiência, vivenciar situações que possibilitassem pensar estratégias que aumentem a contribuição da Psicologia na efetivação dos direitos dos usuários do RAS. Buscou-se suporte teórico na Psicologia Comunitária, entendida como uma disciplina que busca, através de uma apropriação de construtos da Psicologia Social e de outras disciplinas, resolver ou amenizar os problemas sociais que se fazem presentes na Comunidade, buscando possibilitar justiça social, solidariedade e melhoria na qualidade de vida a partir desse contado com sujeitos em condições específicas (Góis, 2008).

Metodologia

¹ Faculdade Santa Maria (FSM). E-mail: bia-santos-anny@hotmail.com

² Faculdade Santa Maria (FSM). E-mail: waleskaquaresma@hotmail.com

³ Faculdade Santa Maria (FSM).

⁴ Faculdade Santa Maria (FSM). E-mail: orlandojrvm@yahoo.com.br

As vivências do estágio estavam divididas entre momentos de orientações acadêmicas, responsabilidade de um professor orientador, e práticas, responsabilidade de uma supervisora local-psicóloga do CRAS. Respectivamente 5 e 6 horas semanais. A parte prática foi realizada mediante vivências e registros, por meio de diário de campo e observação participante, com intuito de descrever os serviços e funcionamento desenvolvido na instituição, bem como envolver-se em atividades que correspondessem a realidade dos usuários, tendo como campo de estudo o CRAS do município de Poço de José de Moura-PB, no período de Fevereiro à Junho de 2017.

Resultados e Discussão

Por meio das observações identificou-se que as(os) profissionais buscam atender e assistir aos indivíduos emersos a vulnerabilidade social. Foi observado e houve vivências com participação direta em atividades como: produção de relatórios dos casos, visitas domiciliares e escolares, projetos de negócios com a contribuição de uma administradora, elaboração de documentos direcionados ao setor de finanças da prefeitura local afim de solicitar recursos para famílias que apresentassem uma renda inferior a R\$ 200,00 mensais. Já no grupo de idosos a vivência acontecia por meio de controle da participação das(os) usuárias(os), distribuição de alimentos e materiais pedagógicos, organização e decoração do ambiente, bem como condução das atividades por meio de dinâmicas de grupo e rodas de conversas. Na prática realizada pela profissional de Psicologia, foram realizados, também, atendimentos individuais. Outro dado que nos chamou atenção foi a solicitação do comparecimento da psicóloga nas escolas, na intensão de um trabalho psicodiagnóstico. Sobre essas questões, Koelzer, Backes e Zanella (2014) chamam atenção para o fato de os profissionais inseridos neste campo de trabalho enfrentam desafios e tabús, dessa maneira compete a estes profissionais desmistificar o equivocado lugar que atribuem à Psicologia no CRAS, visto que professores, gestores escolares e outros funcionários públicos têm entendimento estereotipado e limitado acerca da atuação da(o) psicóloga(o) no CRAS, alimentam-se a ideia de ser o mesmo responsável pelo diagnóstico e acompanhamento psicoterápico dos usuários numa vertente clínica que se distancia do que é preconizado pelo SUAS. Partindo desse enfoque, atrelada a saúde mental e conseqüentemente à Psicologia, percebe que os dados empíricos observados corroboram com os resultados de outros estudos (Oliveira et. al., 2014), na medida em que esses autores destacam que o psicólogo vem garantindo seu espaço nos setores das Políticas Públicas principalmente pelo fato da(o) profissional de Psicologia está sendo colocado em contato direto com as pessoas que pertencem a classe trabalhadora, contida em suas atividades mais frequentes: acolhimento, encaminhamento, orientações, atividades socioeducativas e trabalho intersetorial. Sendo importante deixar claro que a pretensão do serviço é prevenir a violação dos direitos, identificando potencialidades nos recursos psicossociais, sendo as intervenções ocorridas nos âmbitos familiar, grupal e individual.

Conclusões

Diante da experiência, foi possível perceber que a(o) profissional de Psicologia é crucial no equipamento supracitado, sobretudo se este desempenhar uma atuação que não julga, avalia ou aconselha os usuários que estão em contexto de vulnerabilidade social, abolindo uma concepção neoliberal, desse modo preservando a integridade humana e dispondo possibilidades que melhorem a qualidade de vida dessas pessoas, oferecendo acolhimento e escuta qualificada para os usuários, mas não fazendo desta cargo chefe de sua atuação, uma vez que as estratégias de intervenções da(o)

psicóloga(o) deve pautar-se em trabalho interdisciplinar, buscando-se efetivar os direitos sociais dos usuários e possibilitando transformação social.

Palavras-chave: CRAS. Psicologia Comunitária. Estágio. Experiência.

Referências

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate a. **Tipificação de serviços sociassistenciais.** Secretaria Nacional da Assistência Social. Brasília, 2011.

GÓIS, Cesar Wagner de Lima. **Saúde Comunitária: pensar e fazer.** Fortaleza: Hucitec, 2008.

KOELKER, Larissa Papaleo; BACKES, Mariana Shubert, ZANIELLA, Andréia Vieira. **Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 07, n. 01, p.132-139, 2014.

OLIVEIRA, Isabel Fernanda; OLIVEIRA, Núbia Lúcia de Andrade; NASCIMENTO, Marília Noronha Costa; ARAÚJO, Rafaela Lopes; LIMA, Felliipe Coelho; AMORIM, Keyla Mafalda de Oliveira. **Atuação do Psicólogo no CRAS do interior do Rio Grande do Norte.** Psicologia e Sociedade, n. 26, p. 103-112, 2014.

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO ESPAÇO PSICOLÓGICO

Paulo Henrique Girão do Nascimento¹; Moema Hellen Dias Lima²; Joyce Aurélio Batista Virgínio³; Elcides Hellen Ferreira Landim Barreto⁴

Introdução

A psicologia tem seu aparecimento, assim como as demais ciências, possibilitado por um determinado processo sócio-histórico. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os encadeamentos históricos que suscitaram a formação de um espaço no qual foi possível o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência.

Metodologia

O desenvolvimento desse estudo deu-se por meio de revisões bibliográficas que abordam a história das ideias psicológicas. Foram tomados como principais referências os seguintes autores: Figueiredo (1991), Figueiredo & Santi (2006), Freire (2014), entre outros.

Resultados e discussão

O início do pensamento psicológico pode ser associado à própria evolução do pensamento humano, na Idade Antiga. A necessidade de ter respostas para os fenômenos naturais marca a primeira fase do pensamento humano, o mitológico. Neste, os acontecimentos naturais eram atribuídos à vontade dos deuses, assim, o homem acreditava que podia controlar o devir fazendo as vontades desses seres superiores. Uma segunda forma de pensar, a filosófica, se desenvolveu, sobretudo, na Grécia. O pensamento filosófico pode ser dividido em dois períodos: Pré-Socrático e Socrático. No primeiro, também chamado de período cosmológico, o foco era a origem e a essência de todas as coisas, ou seja, se caracterizava pela busca em compreender a *physis*. Tales de Mileto, Pitágoras de Samos, Heráclito e Demócrito foram nomes importantes da época. Chamados “naturalistas”, cada um aderiu a uma linha de pensamento, partindo dos elementos primordiais da natureza como base geradora de toda a matéria. Freire (2002, p. 26), falando sobre a importância de Heráclito, disse:

Sua contribuição para a psicologia, mesmo para aquelas correntes que reduzem o que é complexo às suas unidades (elementistas), foi muito importante no sentido de lembrar sempre, ao psicólogo, que ele não trabalha com unidades fixas, mas com processos mutáveis, onde a variação é inevitável.

¹Discente do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

² Discente do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

³ Discente do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

⁴ Psicóloga; mestre em psicologia pela Universidade Federal do Ceará/UFC; professora da Faculdade Vale do Salgado/FVS. Email: hellenbarreto@fvs.edu.br

Já o segundo período a atenção dos filósofos foi voltado para a alma humana, ou seja, para a *psiquê*. O grande expoente desse período é Sócrates, um homem questionador que afirmava que antes de conhecer o Universo era importante conhecer a si mesmo.

Entre os discípulos de Sócrates figuram Platão. Este, fundador de Academia de Atenas, primeira instituição de ensino superior do mundo ocidental, defendia que a *psiquê* era dividida em razão e sensibilidade. Já seu discípulo, Aristóteles, considerava alma e corpo como inseparáveis.

Na Idade Média, com a ascensão do cristianismo, o pensamento filosófico fica subordinado à fé. Neste Império Romano com seu politeísmo e depois adota o cristianismo como religião oficial. Após a queda deste, a Igreja torna-se a detentora do conhecimento subordinando o pensamento filosófico à fé. Nesse período nomes como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino aparecem em evidência. Estes desenvolvem uma releitura dos pensamentos de Platão e Aristóteles de modo a atender aos dogmas da Igreja Católica. Nesse período a sociedade se organiza economicamente a partir do sistema feudal, cujas relações se estabelecem segundo o modelo senhor feudal-vassalo. O questionamento à opressão vivida nesse período e, sobretudo, aos dogmas da Igreja, possibilita o desenvolvimento do humanismo que marca o período histórico seguinte.

Assim, o Renascimento é marcado pelo sentimento de liberdade, ou seja, pela possibilidade dos sujeitos se livrarem das amarras de uma ordem superior, quer esta venha da Igreja, quer do senhor feudal. No entanto, ao questionar as verdades postas, e se ver com a possibilidade de tomar conta da sua própria vida, de ser responsável por seus próprios atos e manter-se sozinho no mundo os homens sente-se desamparado e, portanto, vivenciam uma liberdade negativa. (FIGUEIREDO; SANTI, 2008). Nesse momento de suspensão das verdades externas, o homem se volta para foro íntimo, surgindo aí os primeiros sinais de subjetividade.

“A descrença cética, somada ao grande individualismo nascente, acabaram por produzir uma reação que, na verdade, assumiu duas feições bem distintas: a reação racionalista e a reação empirista.” (FIGUEIREDO; SANTI, 2008, p.28). Nesse contexto de questionamento dos dogmas e de desamparo, um sentimento de ceticismo ganha força. Para combatê-lo, portanto, era necessário desenvolver novas formas de se encontrar verdades absolutas e inquestionáveis. Eis o terreno propício para o desenvolvimento do pensamento científico moderno representado por Descartes e Bacon.

Assim, por meio dos métodos científicos, o homem se percebe como capaz de entender o funcionamento, não só do Universo, como também tudo que nele existe, inclusive as pessoas. Estas, com a expansão do pensamento científico, passam a ser vistas como máquinas, portanto, entendia-se que o seu funcionamento era passivo de previsão e controle.

Ao lado dessa necessidade que emerge no contexto das existências individuais, de se saber o que somos, quem somos, como somos, por que agimos de uma ou outra maneira, surge para o Estado a necessidade de recorrer a práticas de prevenção e controle: como lidar melhor com os sujeitos individuais?; como educá-los de forma mais eficaz, treiná-los, selecioná-los para os diversos trabalhos? Em todas essas questões se expressão o reconhecimento de que existe um sujeito individual e a esperança de que é possível padronizá-lo segundo uma disciplina, normatizá-lo, coloca-lo, enfim, a serviço da ordem social. (FIGUEIREDO; SANTI, 2008, p.51).

Fundamentados nessa compreensão e diante de uma sociedade atomizada e desamparada é que vão sendo desenvolvidas as práticas disciplinares, ou seja, de normatização e controle das pessoas.

Em oposição a essas ideias mecanicistas tem-se o movimento que surge inicialmente nas artes, denominado de Romantismo, ou ainda de ímpeto da alma. Este defende que o homem não é uma máquina, mas sim um ser de paixões, emoções, incapaz de ser previsto e controlado.

É o indivíduo privado, já agora visto como irracionalmente egoísta, insensatamente imediatista, incapaz de espontaneamente submeter-se ao autocontrole exigido para a prevenção das crises e conflitos, o grande bode expiatório. (FIGUEIREDO, 2014, p.21)

Esta experiência de subjetividade, que entra em crise diante das práticas disciplinares, é aprofundada pelos ideais iluministas que afirmam que a compreensão da realidade é uma experiência, sobretudo da subjetividade, uma vez que os sentidos dos fenômenos não estão em-si-mesmos, mas antes, são atribuídos na relação sujeito-objeto.

Assim, é que a coexistência das práticas disciplinares, das ideias liberais e do Romantismo, suscitando, cada uma ao seu modo, diferentes formas de compreender e explicar o homem, faz do século XIX o espaço propício para o aparecimento de diferentes projetos de psicologia como ciência independente.

Conclusão

Ao fim desse estudo é possível perceber que a psicologia tal como a conhecemos hoje, caracterizada por diferentes abordagens, reflete o antagonismo de pensamentos acerca do homem que marca sua origem enquanto ciência independente.

Palavras-Chave: História. Psicologia. Espaço Psicológico.

Referências

- FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. Petrópolis: Vozes, 2002.
FIGUEIREDO, L. C.; SANTI, P. L. R. **Psicologia**. Uma (nova) Introdução. São Paulo: EDUC, 2004.
FREIRE, I. R. **Raízes da Psicologia**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

IMPORTÂNCIA DA AUTONOMIA DE UNIVERSITÁRIOS EM CAMPOS DE ESTÁGIO: VIVÊNCIAS NUM CAPS

Maria Nathalia Francalino Duarte¹; Marília Araújo de Macêdo Gonçalves²; Nayara Custodio
Moreira³; Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho Cruz⁴

Introdução

Este trabalho surgiu através do estágio profissional realizado por discentes do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado (FVS). Devido à mudança de gestão política municipal os serviços oferecidos no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) sofreram alguns ajustes, desde a contratação de concursados até o fechamento de processos de licitação. Desse modo, cabendo às estagiárias pensar estratégias de intervenção para atingir o público alvo do serviço. Assim, a proposta de mobilizar e informar os cidadãos do município de Lavras da Mangabeira-CE sobre a importância do dia 18 de maio, o dia da Luta Antimanicomial, surgiu. A Luta Antimanicomial é um marco e um avanço na história do país, esse movimento teve início em 1987, com a reforma psiquiátrica, onde os profissionais de saúde e familiares das pessoas que possuíam sofrimento mental saíram às ruas para assegurar os direitos e o bem estar de todos, assim buscou-se combater as ideias de isolar as pessoas acometidas por sofrimento mental. Essa luta veio para resguardar os direitos de tais pessoas: direito a liberdade, a viver em sociedade, de serem assistidos e cuidados e direito a ter um lugar em sociedade. A reforma sanitária na década de 70 elucidou um marco para a Constituição Federal no ano de 1988 com a criação e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) que surgiu mediante as dificuldades vivenciadas pelo Brasil (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Nessa esfera encontra-se a saúde mental como um processo de ambíguas práxis e táticas para abranger as diversas problemáticas que afeta a subjetividade do homem, buscando a qualidade de vida do mesmo em diversos contextos em que se encontra. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). O Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil surge no contexto das lutas pela redemocratização do país, a partir do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), no final dos anos 1970, que dará origem mais tarde ao Movimento da Luta Antimanicomial (FURTADO; CAMPOS, 2005). Segundo tais autores um dos alicerces dessa luta na saúde mental através desses movimentos é a busca pela desinstitucionalização, tendo em vista as condições em que se encontravam aquelas pessoas advindas de internações psiquiátricas, assim buscando mudanças nos modelos de assistência a tais usuários. O CAPS oferece assistência clínica com atenção dia-a-dia buscando evitar ou minimizar as internações em hospitais psiquiátricos, proporcionando suporte a esse nível de assistência à saúde mental na rede básica. Possui o objetivo de sistematizar e regular esse viés de atenção aos pacientes com sofrimento psíquico, reinserção social dos usuários com perturbações mentais, utilizando estratégias intersetoriais, fornecendo uma organização nos setores da assistência em saúde mental (Brasil, 2005, apud, CANTELE 2012). Os CAPS são estabelecimentos que visam proporcionar aos pacientes e familiares um desenvolvimento que busca reabilitar psicossocialmente (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Apresentando-se como um conjunto de serviços

¹ Discente do Curso de Psicologia Faculdade Vale do Salgado.

² Discente do Curso de Psicologia Faculdade Vale do Salgado.

³ Discente do Curso de Psicologia Faculdade Vale do Salgado.

⁴ Docente e supervisora de estágio do curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado. E-mail: vanessacarvalho@fvs.edu.br

e programas que tem como objetivo auxiliar a vida do sujeito com problemas severos e persistentes a reabilitação psicossocial busca da melhor maneira possível restaurar na pessoa com limitações sua autonomia da atividade de seus papéis na sociedade, processo esse que leva em consideração as partes saudáveis e potencialidades do indivíduo (PITTA, 2006). Para Saraceno (1999) é de suma importância que no processo de reabilitação psicossocial do sujeito, seja levado em consideração três pontos fundamentais: casa, trabalho e lazer. Mediante essa perspectiva, a reabilitação busca a partir de estratégias resgatarem a dignidade e a história do sujeito que passa por sofrimento psíquico, oferecendo assim uma melhor qualidade de vida. Com isso a rede de saúde mental deve acolher o sujeito de forma integral, o que demanda um novo olhar para saúde/doença mental que tenha como objetivo uma construção de uma relação saudável (JORGE, 2006).

Objetivos

A ação realizada por estudantes do 8º semestre do curso de psicologia da FVS teve como objetivo realizar ações que expusessem sobre a importância da luta antimanicomial. Buscou-se compreender sobre o conhecimento acerca dessa luta que possibilitou a construção dos CAPS no Brasil, levar informações à população acerca da saúde mental, para a qual foi mobilizada a comunidade e profissionais a se engajarem nessa luta, reafirmando na memória a importância desse dia.

Metodologia

O método empregado na execução da ação acerca do conhecimento dos participantes sobre o dia da Luta Antimanicomial ocorreu por meio da observação dos discursos do grupo. Segundo Marconi e Lakatos (2007) a observação é um método utilizado em situações que não derivam de uma padronização, uma vez que se pretende investigar situações distintas. Portanto a observação tem seu elemento de estudo baseado na objetividade e não se deve influenciar o que se observa. Assim, para Marconi e Lakatos, a observação possibilita que o pesquisador obtenha o conhecimento dos determinantes da realidade, analisando os acontecimentos. Participaram da ação os usuários do CAPS e seus familiares, juntamente com os profissionais da saúde mental dentro do próprio equipamento. Foram entregues cartilhas informativas, produzidas pelas estagiárias, acerca do CAPS e seu objetivo frente a saúde mental, o público alvo e quais profissionais atuam dentro do dispositivo. Foi realizada uma roda de conversa organizada pelos profissionais do equipamento, a saber: coordenadora, psiquiatra, enfermeira, psicóloga e estagiárias, com os usuários e familiares. Foi abordando sobre a importância do dia 18 de maio, como também as contribuições desse dia para a sociedade. Foram abordados outros temas como: a coparticipação dos familiares no tratamento dos pacientes, onde foi possível esclarecer dúvidas frequentes sobre a instituição.

Resultados e Discussão

Ao término do evento a equipe reuniu-se de modo a avaliar a ação proferida, com base nas avaliações dos usuários sobre a atividade. Tendo sido elencado sobre a importância dessa ação para um momento de interação grupal entre profissionais e usuários do serviço. Reativando o trabalho que encontrava-se suspenso por hora. Desse modo, pode-se dizer que foi um momento de aprendizado universitário, uma vez que trouxe autonomia para as estagiárias, enquanto saber/fazer no campo da

psicologia. Mediante as intervenções realizadas no CAPS observou-se que foi possível conhecer mais sobre as políticas públicas de saúde e mais precisamente sobre a saúde mental em nosso país, de modo a relacionar com a própria instituição na qual fazem parte, bem como, foi dada as estagiárias de psicologia a possibilidade de articular a teoria e prática da ciência psicológica.

Conclusão

O campo de estágio por si só, oferece ao estagiário um mundo repleto de conhecimentos, onde cabe ao acadêmico sintetizar as riquezas de detalhes que está sendo oferecido no referido contexto, e diante observação propiciar ações que venham contribuir de forma significativa na vida das pessoas que compõem aquela realidade. É em meio a esta contextualização de valores e princípios apresentados por essas localidades que passamos a visualizar dificuldades e possibilidades que emergem no decorrer da nossa profissão, o que nos deixa alerta para termos sempre uma segunda ou quantas se fizerem necessárias estratégias para serem aplicadas quando não conseguimos efetivar com eficácia o que por nós foi inicialmente planejado. Por tanto, assim como outras áreas a saúde mental mostra-nos que é tão necessária e que precisa ser olhada de forma a ir ao seu íntimo e descobrir que ela também possui falhas e que se for observada em conjunto e união pela sociedade principalmente pelos que abordam e praticam os seus fundamentos, como os profissionais de saúde essas “falhas” podem ser percebidas de forma a trazer benefícios para toda a sociedade. À luz de tais pensamentos foram baseadas as práticas das estagiárias de psicologia, a fim de buscar a melhoria do funcionamento das ações voltadas para a saúde mental da população do referido município. As trocas de informações baseada em um conhecimento científico e vivencial entre estagiários, professor e supervisora de campo apresentam-se como marco para a sustentação das intervenções que se fazem necessárias para formação do profissional. Diante das ações efetivadas e observações realizadas conclui-se que foi de suma importância à realização do trabalho desenvolvido, pois houve um fortalecimento do saber/fazer, assim como nas relações entre funcionários, acadêmicos e usuários, situação que tende efetivar cada vez mais a importância do trabalho que está sendo oferecido para a comunidade.

Palavras-Chave: Autonomia. Saúde Mental. CAPS. Reabilitação Psicossocial.

Referências

- Conselho Federal de Psicologia. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.
- CANTELE, Juliana; ARPINI, Dorian Monica; ROSO A. A. Psicologia no modelo atual de atenção em saúde mental. *Psicol Ciênc Prof*, v. 32, n. 4, p. 910-25, 2012.
- FURTADO, Juarez Pereira; CAMPOS, Rosana Onocko. A transposição das políticas de saúde mental no Brasil para a prática nos novos serviços. *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, v. 8, n. 1, p. 109-122, 2005.
- JORGE, Maria Salete Bessa et al. Reabilitação psicossocial: visão da equipe de saúde mental. *Rev. bras. enferm*, v. 59, n. 6, p. 734-739, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

PITTA, Ana. Reabilitação Psicossocial. São Paulo, editora Hucitec, 1998.



JUVENTUDE E CONSUMO: A INFLUÊNCIA EXACERBADA DA MÍDIA

Ana Késia Barbosa Moura¹; Juliene Aparecida Alves Félix²; Sandra Mary Duarte³; Lielton Maia Silva⁴

Introdução

A juventude é um conceito que pode ser visto como uma construção social, assim como pode também ser capturado e instituído. Dessa forma, o conceito de juventude nos faz pensar no sujeito como um ser constituído e atravessado por fluxos, multiplicidades e diferenças (AUGUSTIN e GEARA, 2014).

O termo juventude parece ser privilegiado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece. Sendo assim, a juventude só poderia ser entendida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história (SILVA e LOPES, 2009).

O consumo desempenha hoje um papel central na vida dos jovens, uma vez que estes usam os padrões de consumo para definir a sua identidade e para se integrar em diversos grupos sociais (SANTOS, 2004).

Entre as variadas influências do dia a dia de um adolescente, a presença da mídia televisiva pode representar um fator importante na formação da sua personalidade, principalmente no que se refere ao comportamento de consumo (GARROTE, 2015).

Essa pesquisa se propôs como objetivo geral, relatar como é dado o consumo na juventude, tendo como principal influenciador os meios midiáticos, tendo em vista essa influencia, alerta-se para um maior cuidado, para que haja um desenvolvimento crítico, para que a sociedade em geral não se torne alienada pela mídia.

2.1 Diferenças entre Juventude e Adolescência.

É importante entender a diferença entre adolescência e juventude, já que ambas são frequentemente confundidas, quando não são usadas erroneamente como sinônimos. A noção de adolescência surge associada à lógica desenvolvimentista, sendo uma etapa do prosseguimento que todos passariam obrigatoriamente e similarmente. A juventude é um conceito que pode ser visto como uma construção social, assim como pode também ser capturado e instituído. Dessa forma, o conceito de juventude nos faz pensar no sujeito como um ser constituído e atravessado por fluxos, multiplicidades e diferenças (AUGUSTIN; GEARA, 2014).

Adolescência e juventude são condições sociais parametrizadas por uma faixa etária. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que o adolescente seja o indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos. Já o termo jovem costuma ser utilizado para designar a pessoa entre 15 e 29 anos.

O Consumo na Juventude

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

² Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado.

³ Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado. Email: sandramary@fvs.edu.br

⁴ Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado. Email: lieltonmaia@fvs.edu.br

O consumo desempenha hoje um papel central na vida dos jovens, uma vez que estes usam os padrões de aquisição para definir a sua identidade e para integrar-se nos diversos grupos sociais. As melhorias das condições de vida e o fato dos jovens atravessarem uma fase de liberdade, em busca de personalidade e de valores, sem impor restrições a si próprias, tendem a apreciar e valorizar a vida social e o divertimento. Os jovens ganham cada vez mais relevância na sociedade, quer como consumidores, quer como influenciadores de alterações no pensamento, normas e valores de uma nação. São os jovens que ajudam a estabelecer as tendências do comportamento social através da sua energia, seu vigor, espírito rebeldes e a sua maior abertura para as novidades. A sua importância é traduzida pelo papel marcante que assumem na influência dos valores e consumos de todas as sociedades (SANTOS, 2004).

As fronteiras do consumo no mundo da “Geração D – Nativos digitais” não têm limites. Estar “antenado” ou usar a roupa da “galera” já não fazem parte somente da vida dos jovens e adultos. A luta agora é estar atualizado para fazer parte do grupo. De olho nesta fatia do mercado, o comércio já enxergou a mina de ouro: adolescentes são compradores vorazes e já existem produtos que satisfazem os seus desejos. E os pais (na maioria das vezes) são responsáveis por arcar com as despesas, sejam com boas mesadas ou, em alguns casos, oferecendo ao filho o direito de possuir um cartão de crédito próprio (REIS, 2012).

Além dos aparatos tecnológicos, há também a moda, e a tendência é aquela ditada pelos colegas do grupo ou ídolo preferido. Quer seja o colorido das roupas ou a extravagância dos modelos, o que importa é chamar a atenção. Além dos vestuários, as indústrias apostam também em objetos para que o adolescente se sinta cada vez mais unido ao cantor, à banda, ao filme que gosta. E assim surgem produtos como pôsteres, chaveiros, bolsas, cadernos e diversos outros que estampam os ídolos adolescentes e aumentam o desejo de consumo (REIS, 2012).

É importante conhecer as expectativas, as ambições como resultado das influências e as motivações que determinam a escolha de um determinado produto, uma marca ou de uma loja específica, consequentemente entender o processo de compra dos jovens (SANTOS, 2004).

A Influência da Mídia sobre o Consumo

A mídia invade nosso cotidiano. A criança e o adolescente de hoje não conheceram o mundo de outra maneira - nascem imersas no mundo digital, acessível a toda faixa etária, a mídia sendo grande colaboradora na formação dos valores culturais. A cultura do consumo molda o campo social, construindo, desde muito cedo, a experiência da criança e do adolescente que vai se consolidando em atitudes centradas no consumo (CAMPOS e SOUZA, 2003).

Sabe-se que a mídia em geral tem um papel importante no comportamento de consumo das pessoas e o poder que ela tem de influenciar a massa, mudando seus hábitos, criando novos públicos, novos ídolos, novos produtos e de um dia para outro pode acabar com tudo isso, criando assim uma situação totalmente diferente da anterior. Isso se deve ao fato, da mídia, principalmente a televisão, trabalhar com modismos, com coisas e situações que façam com que as pessoas se identifiquem com aquilo e passem a comentar (FARIA e RODRIGUES).

A construção da personalidade de um indivíduo reflete no processo de transformações da sua vida social, na fase da adolescência o contexto social passa a ter uma representatividade ainda maior na formação da personalidade, o adolescente passa a ser sujeito das influências do dia a dia de seu grupo social, absorvendo e filtrando os conhecimentos que adquire cotidianamente, formando valores que farão parte da sua personalidade adulta. Entre as variadas influências do dia a dia de um

adolescente, a presença da mídia televisiva pode representar um fator importante na formação da sua personalidade, principalmente no que se refere ao comportamento de consumo (GARROTE, 2015).

A mídia trabalha para que a sua produção de imagens chegue ao indivíduo de maneira que legitime e afirme não só o consumo, mas também os modos de sociabilidade. Para isso, a mídia ensina o que, onde, quando e como consumir, por meio de suas representações, o indivíduo pode se reconhecer como protagonista das imagens, espelhando-se nos modelos apresentados, fazendo da imagem midiática algo a ser copiado (SAMARÃO; FURTADO, 2015).

Metodologia

O desenvolvimento deste trabalho consiste em pesquisas bibliográficas, que segundo Gil (2007), abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, tendo como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Nesse estudo foram selecionados 20 artigos sobre juventude e consumo. Os artigos foram pesquisados das bases de dados como Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico. Com a utilização das palavras chaves: juventude, consumo, mídia. Desses 20 artigos selecionados, 11 foram analisados, mediante os critérios de seleção: abordagem da influência da mídia sobre o consumo, juventude e consumo.

Resultados e Discussões

O alvo da mídia publicitária hoje são os jovens que compram demais. Tem sido percebido mediante a pesquisa que o principal fator que leva ao consumo exacerbado dessa faixa etária é o medo de não serem aceitos por determinados grupos de amigos e estarem em desacordo com o proposto pela mídia, de serem excluídos por não possuir artefatos classificados como pertencentes a determinadas classes sociais. Isto só acontece, porque os jovens estão imaturos e com baixa, tornando-se facilmente influenciados.

A solução não é deixar de consumir já que possuímos necessidades. Cabe aos pais desenvolverem uma “alfabetização para a mídia” tendo uma postura investigativa, seletiva e crítica diante de tudo o que a mídia nos impõe; ter uma postura de não aceitação passiva levará à consciência do que realmente somos e buscamos.

Conclusão

Diante do exposto foi possível obter a compreensão de que cada vez mais os jovens estão sendo acrílicos em relação à mídia, sendo facilmente manipulados por esta. Dando primazia ao consumo de maneira arbitrária como forma de garantia da inserção social, do bom relacionamento para com os seus grupos.

Esse estudo nos possibilitou a compreensão de que a mídia possui exacerbada influencia sobre a relação jovem e consumo, alertando para a necessidade de intervenções com foco na perspectiva da conscientização desses jovens, almejando o desenvolvimento de uma consciência crítica desses para com a relação dos bens de consumo.

Palavras-Chave: Consumo. Juventude. Mídia

Referências

AUGUSTIN, Débora. GEARA, Gabriela. **Desnaturalizando o Conceito de Juventude Através dos Tempos**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/juventude-texto.html>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2015.

CAMPOS, Cristiana Caldas Guimarães de; SOUZA, Solange Jobim. **Mídia, cultura do consumo e constituição da subjetividade na infância**. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 23, n. 1, p. 12-21, 2003.

GARROTE, Martins. **Análise da Influência da Mídia Televisiva no Comportamento de Consumo de Adolescentes do Ensino Médio de Blumenau – SC**. Disponível em: http://www.furb.br/faic/seminario/FAIC_3/Humanas/MARTIN%20STABEL%20GARROTE2.htm. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

Gil, A. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas: São Paulo, 2007.

FARIA, Isabella. RODRIGUES, Isabella. **Consumismo**. Disponível em: <http://agenteoflauber.blogspot.com.br/2008/05/mdia-no-cumpre-o-seu-papel-social-ela-s.html>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2015.

REIS, Patricio. **Juventude e Consumo: Tecnologia é a Preferência dos Adolescentes**. Disponível em: <http://revistaeu.blogspot.com.br/2012/11/juventude-e-consumo-tecnologia-e.html>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2015.

SAMARÃO, Lilianny. FURTADO, Pedro. **As imagens e suas implicações sociais**. Disponível em: <http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/18/artigo98178-3.asp>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2015.

SANTOS, Fernando Augusto de Sá Neves et al. **Juventude, consumo e globalização: uma análise comparativa**. 2004.

SILVA, Carla Regina; LOPES, ROSELI ESQUERDO. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, 2010.